



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 0#& QU3DF3-FEIRA, \$# DE MAIO DE 2014

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p>Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>1º Vice-Presidente Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p>2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p>2º Secretária Senadora Angela Portela (PT/RR)</p> <p>3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p>4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)</p>	
<p><u>Mesa do Senado Federal</u></p> <p>Presidente Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>1º Vice-Presidente Jorge Viana (PT/AC)</p> <p>2º Vice-Presidente Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>1º Secretário Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</p> <p>2ª Secretária Angela Portela (PT/RR)</p> <p>3º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p>4º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Magno Malta (PR/ES)</p> <p>2º - Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p>3º - João Durval (PDT/BA)</p> <p>4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)</p>	<p><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></p> <p>Presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)</p> <p>1º Vice-Presidente Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p>2º Vice-Presidente Fábio Faria (PSD/RN)</p> <p>1º Secretário Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p>2º Secretário Simão Sessim (PP/RJ)</p> <p>3º Secretário Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p>4º Secretário Biffi (PT/MS)</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)</p> <p>2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)</p> <p>3º - Vitor Penido (DEM/MG)</p> <p>4º - Takayama (PSC/PR)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 20 DE MAIO DE 2014	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os noventa anos da Coluna Prestes.	5
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Apresentação de vídeo alusivo à Coluna Prestes	5
1.2.3 – Entrega de Certificado Honorífico a combatentes e participantes da Coluna Prestes	5
1.2.4 – Fala da Presidência (Deputada Jô Moraes)	5
1.2.5 – Oradores	
Deputada Luciana Santos.....	6
Senador Inácio Arruda	8
1.3 – ENCERRAMENTO.....	13
2 – ATA DA 15ª SESSÃO, CONJUNTA, EM 20 DE MAIO DE 2014.....	14
2.1 – ABERTURA.....	27
2.1.1 – Questões de ordem	
Suscitada pelo Congressista Mendonça Filho e respondida pela Presidência.....	27
Suscitada pelo Congressista Rubens Bueno	28
Suscitada pelo Congressista Silvio Costa e respondida pela Presidência	30
2.1.2 – Comunicação da Presidência	
Término, hoje, do prazo de cinco sessões para a indicação, pelas lideranças partidárias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dos membros que deverão compor a “CPMI da Petrobrás”	33
2.1.3 – A Presidência responde à questão de ordem suscitada anteriormente pelo Congressista Rubens Bueno	33
2.1.4 – A Presidência responde à questão de ordem suscitada em sessão anterior pelo Congressista Humberto Costa	33
2.1.5 – Questões de ordem	
Suscitada pelo Congressista Mendonça Filho e respondida pela Presidência.....	33
Suscitada pelo Congressista Vicentinho e respondida pela Presidência.....	35
2.1.6 – Comunicação	
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como titular, e do Deputado Bruno Araujo, como suplente, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações e execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação de serviço público de transporte (Ofício S/Nº/2014).	36
2.2 – ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Item 1	
Veto Total nº 47/2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 98/2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Apreciação sobrestada , após aprovação do Requerimento nº 1/2014-CN, tendo usado da palavra os Congressistas Danilo Forte, Flexa Ribeiro, Eduardo Cunha, Mendonça Filho, Humberto Costa, Ivan Valente, Eunício Oliveira, Cláudio Puty, José Augusto Maia, Onofre Santo Agostini e Oziel Oliveira.....	38
2.2.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão conjunta	42
2.3 – ENCERRAMENTO.....	45
CONGRESSO NACIONAL	
3 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	46

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	52
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	56
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	57
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	58
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	59
Comissões Mistas Especiais	60
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 2/2014-CN	64
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 3/2014-CN	65
4 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	66
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	67
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011)	71

Ata da 14ª Sessão Conjunta, Solene, em 20 de maio de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Inácio Arruda, da Srª Jô Moraes e do Sr. Inocêncio Oliveira.

(Inicia-se a sessão às 13 horas e 14 minutos e encerra-se às 13 horas e 58 minutos no Plenário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 90 anos da Coluna Invicta, famosa no Brasil com o nome de Coluna Prestes.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido para compor a Mesa a Srª Luciana Santos, Deputada Federal, Vice-Presidente do Partido Comunista do Brasil. *(Palmas.)*

Convido o Ex^{mo} Sr. Deputado Federal João Ananias, PCdoB do Ceará. *(Palmas.)*

Convido a Srª Marly Vianna, professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos, nossa convidada de honra. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Andrey Rosenthal, Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mais famoso no Brasil como Iphan. *(Palmas.)*

E convido, representando todos os homenageados desta tarde histórica do Congresso Nacional, a Srª Maria Ribeiro Prestes. *(Palmas.)*

Muito bem, Maria!

Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agora será exibido um vídeo alusivo à história da Coluna Prestes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Passamos, agora, à entrega do Certificado Honorífico a Combatentes e Participantes da Coluna Prestes. O primeiro certificado será para a D. Maria, viúva de Luís Carlos Prestes.

D. Maria tem, originalmente, o nome de Altamira, mas, fruto da sua luta, da vivência na clandestinidade com o seu pai e a sua família, recebeu o nome de Maria. Então, o primeiro certificado vai para Maria, viúva de Luís Carlos Prestes.

Tenho a honra de fazer essa entrega. *(Palmas.)*

Convido a Srª Virgínia Barros para proceder à entrega do certificado, juntamente com o Deputado Fernando Ferro, à Srª Letícia de Paiva Azevedo, neta do Sr. João Cabanas.

Virgínia Barros e Fernando Ferro, por favor. *(Palmas.)*

Convido a Deputada Luciana Santos para, juntamente com o Deputado Chico Lopes, proceder à entrega do certificado a Yuri, neto de Miguel Costa. *(Palmas.)*

Miguel Costa é exatamente o comandante da Coluna, uma vez que Prestes era o Chefe do Estado Maior.

Convido o Deputado Federal Gustavo Petta, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, para proceder à entrega do certificado ao Sr. Cleiton, em nome do Ezidro Pires Nardes, um dos comandantes da Coluna.

Passo a presidência da nossa mesa à Deputada Jô Moraes para que faça o pronunciamento em nome da Presidência da Casa.

O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Jô Moraes.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Discurso em homenagem aos 90 anos da Coluna Prestes.

É uma justa homenagem que o Congresso Nacional presta, nesta sessão solene, às nove décadas da Coluna Prestes, episódio marcante da história política de nosso País. O movimento, que, entre os anos de 1925 e 1927, percorreu cerca de 25 mil quilômetros das estradas de 11 Estados brasileiros, teve como principal causa

a insatisfação de parte dos militares com a forma com que o Brasil era governado na época: sem direitos democráticos, com graves fraudes eleitorais, grande concentração do poder político nas mãos da elite agrária e exploração das camadas mais pobres da população. Ao denunciar as condições precárias de sobrevivência de grande parte da população, os participantes enfrentaram grandes adversidades e confrontos, tanto com forças policiais, quanto com bandoleiros.

Como a tática da Coluna era, basicamente, evitar confrontações, as baixas ocorriam mais por doenças do que por ferimentos nos campos de batalha. Mas, muito mais que se indignar contra a miséria dos brasileiros e contra a injustiça social, evitando a violência, a Coluna tinha as suas bandeiras de luta concentradas, principalmente, na implantação do voto secreto e do ensino fundamental obrigatório no Brasil.

O movimento contribuiu para o esclarecimento da população sobre a falta de democracia e sobre o poder concentrador oligárquico da República Velha. Além disso, revelou a figura de Luís Carlos Prestes que, por sua atuação em defesa de um futuro melhor para os brasileiros, recebeu o apelido de Cavaleiro da Esperança.

Prestes foi figura emblemática na história política de nosso País, tendo sido eleito Senador, em 1945, pelo então Partido Comunista do Brasil com a maior votação proporcional até então. Infelizmente, teve seu mandato cassado após o Tribunal Superior Eleitoral ter cancelado o registro do partido em 1947.

Há precisamente um ano, o Senado Federal reparou essa mácula de nossa história, devolvendo o mandato de Senador a Prestes, com as presenças da viúva Maria do Carmo Ribeiro, de filhos e outros familiares.

O escritor Pablo Neruda, na sua obra *Canto Geral*, na qual relata a história da América Latina, refere-se a Luís Carlos Prestes como “claro capitão”. Segundo o grande poeta chileno, Luís Carlos Prestes, como nenhum outro brasileiro, tivera uma vida tão marcada pela tragédia quanto pelo talento.

Assim é que, ao comemorarmos os 90 anos da Coluna Prestes, não podemos deixar de nos referir ao notável brasileiro que a liderou. Naquelas áridas circunstâncias desse momento histórico memorável, Prestes se revelou com a força de seu caráter e a perseverança com que perseguiu os seus ideais.

Em seus pronunciamentos e em seus apartes, além da defesa de seu ideário socialista que incluía a limitação da jornada de trabalho, o direito de greve, a justiça gratuita, o rito sumário para as causas que envolvessem o trabalhador rural e a estabilidade para o funcionário público, manifestava sempre sua grande inquietação com os destinos do País.

Em um discurso que ficou célebre, proferido durante a Constituinte de 1946, Prestes afirmou que errar é dos homens, mas que acreditava no predomínio da inteligência e na força dos argumentos. Disse que comungava a premissa de que todos são capazes de corrigir erros e reformar opiniões. Um traço marcante de seu caráter foi, sem dúvida alguma, a crença de que o diálogo e a compreensão abrem caminhos para o entendimento. Convicções essas essenciais para a vida política, sem as quais fica muito mais difícil trazer à luz as nossas reivindicações e nossas demandas. Foi o que fez Prestes durante toda sua vida, seja atravessando o País esclarecendo a população, como fez a Coluna Prestes, seja aqui, na tribuna do Senado, defendendo os direitos de todos os brasileiros.

Comemoremos, pois, os 90 anos da Coluna Prestes lembrando sempre de seu maior líder, o grande Luís Carlos Prestes, que, mesmo durante o período em que permaneceu preso, manteve a esperança em um futuro melhor e a crença na capacidade humana de se redimir.

São essas as palavras do Presidente desta Casa. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Devolvo a Presidência ao Senador Inácio Arruda.

Antes, porém, de devolver a Presidência ao Senador Inácio Arruda, ouviremos as palavras da Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, uma das signatárias do requerimento de realização desta homenagem na Câmara dos Deputados.

A SRª LUCIANA SANTOS (PCdoB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Deputada Jô Moraes, que preside esta sessão solene; Ex^{mo} Sr. Senador Inácio Arruda, também signatário desta presente sessão; Deputado Federal João Ananias, Vice-Líder da Bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados; Srª Maria do Carmo Ribeiro Prestes, viúva de Luís Carlos Prestes, comandante geral da Coluna; Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, Sr. Andrey Rosenthal Schlee; Professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos, Srª Marly Viana; Srs. Deputados, Srªs Deputadas, estudantes, todos os convidados que acompanham este evento, para nós, esta sessão solene se reveste de uma importância muito grande, pois, além do significado da data que marca, que, na verdade, é no dia 28 de outubro, ela reafirma a importância que tem a organização e a luta do povo para os desafios contemporâneos.

A memória de um povo é a alma da nação. A memória coletiva de um povo se constrói de forma um tanto arbitrária, diria Lima Barreto, sendo que os discursos tradicionais contribuem para essa construção com determinados interesses.

Hoje, nesta homenagem aos 90 anos da Coluna Miguel Costa Prestes, vamos abordar sob um ponto de vista popular aquele período rico do nosso País. Com esse espírito legislativo brasileiro, esta sessão solene do Congresso Nacional dá sua contribuição ao resgate da memória de um dos momentos mais decisivos da história política do Brasil.

A Coluna Miguel Costa Prestes, que acabou sendo conhecida nos livros de História simplesmente como Coluna Prestes, fez parte do chamado Movimento Tenentista, um dos momentos mais destacados da oposição democrática à República oligárquica de 1889 a 1930.

Três grandes vertentes de resistência propiciaram as condições objetivas para o surgimento e o desencadeamento da grande marcha da Coluna: o Levante do Forte de Copacabana, em 05 de julho de 1922, o Levante Tenentista de 05 de julho de 1924, em São Paulo, e o Movimento de Solidariedade aos Revoltosos Paulistas, articulado em 28 de outubro de 1924 em vários quartéis do Estado do Rio Grande do Sul, entre eles o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, comandado pelo jovem capitão Luís Carlos Prestes – isto foi aqui retratado em um pequeno filme a que assistimos no início desta sessão –, que, posteriormente, viria a se tornar Senador da República de 1946 a 1948. Logo em seguida, teve seu mandato cassado, e, recentemente, o Senado, em sessão histórica, por iniciativa da Deputada Jandira Feghalli e também do Senador Inácio Arruda, recuperou o mandato de Prestes e de vários outros Parlamentares progressistas.

Na Revolta dos 18 do Forte, como ficou conhecida, jovens oficiais enfrentaram o poderio das forças governistas. Nesse conflito desigual, apenas dois revoltosos sobreviveram: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

O segundo levante tenentista aconteceu em São Paulo, com a adesão da Força Pública Estadual, que obrigou o Governador e o chefe militar da região a abandonarem a capital paulista.

O Presidente Artur Bernardes decretou estado de sítio e, em uma atitude inédita, autorizou o bombardeio da cidade, que mostra suas cicatrizes até hoje para quem visita o Largo Santa Ifigênia. Os revoltosos conseguiram romper o cerco governista e se dirigiram para o interior até o Estado do Paraná.

Justamente em solidariedade ao Movimento Tenentista de São Paulo, os revoltosos gaúchos, a partir dos quartéis comandados por Prestes, unem-se a outros revolucionários como Antônio de Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias e João Alberto Lins de Barros e iniciam sua cruzada libertadora que percorreria todo o País.

No Paraná, a coluna gaúcha se encontra com a coluna paulista, formando a famosa Coluna Miguel Costa Prestes. Esse movimento galvanizou os setores insurgentes contra tudo o que a oligarquia brasileira da época representava: impostos exorbitantes, desonestidade administrativa, falta de justiça, mentira do voto, amordaçamento da imprensa, perseguições políticas, desrespeito à autonomia dos Estados, falta de legislação social, reforma da Constituição sob o estado de sítio, entre outras bandeiras libertárias.

Quero destacar, neste momento, o papel das mulheres, que, contra todos os preconceitos, também pegaram em armas e prestaram relevantes serviços e apoio logístico aos revoltosos.

A Coluna Prestes percorreu uma distância de 25 mil quilômetros, atravessando 13 Estados brasileiros do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Nordeste.

Acaba de chegar o nosso Inocência Oliveira aqui, na nossa sessão.

Assim, transformou-se numa das maiores marchas militares da história mundial. O líder da Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung, cita, em seus escritos militares, a importância do exemplo que a Coluna Prestes significou para a Grande Marcha na China de 1934 a 1935, manobra militar fundamental para a vitória da Revolução Chinesa.

Em Pernambuco, também houve a chamada revolta Os 12 da Rua Velha. Na verdade, eles foram inspirados na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. O Governador da época se chamava Sérgio Loreto.

O Manifesto ao Povo tinha muitos princípios também a defender. Vejam que muitas bandeiras daquela época eram bandeiras contemporâneas: amparo e proteção à infância e à velhice; assistência hospitalar e doméstica; debelação dos males que dizimam as populações rurais e urbanas; remoção das causas promotoras da carestia de vida; garantia de trabalho e da economia nacional; fomento à circulação das riquezas; independência da Justiça; organização da instituição pública profissional e técnica, gratuita e obrigatória; liberdade de reunião, de pensamento, de voto, de crença; equilíbrio nos orçamentos governamentais e responsabilidades administrativas.

A saga da Coluna Prestes terminou invicta, em 3 de fevereiro de 1927, quando Prestes e seus companheiros se embrenharam na Bolívia, com 620 combatentes. Por sua vez, Siqueira Campos se abrigou no Paraguai, com 65 homens. Por não ter sido derrotada em toda a sua trajetória, ganhou a denominação de Coluna Invicta.

O fato é que a Coluna e sua memória animaram a oposição liberal e popular, enfraquecendo de morte a República Velha. A própria Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, com a participação de muitos ex-tenentes, não poderia ter sido vitoriosa sem que o terreno fosse semeado pela Coluna Prestes e o Tenentismo. Muitos dos avanços democráticos e sociais que vieram a ser conquistados posteriormente já estavam presentes nas bandeiras e programas daqueles jovens oficiais revolucionários.

O espírito da Coluna Prestes, senhoras e senhores, deve manter-se vivo na combatividade da nossa juventude. Por isso, é importante que se conheça a história e que se compreendam as mudanças e os avanços resultantes dos atos de coragem dos heróis da nossa Pátria. Assim, “a marcha segue nas lutas do povo, para fazer avançar o Brasil que a Coluna descortinou”.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Congresso Brasileiro, a presença de Maria Prestes, viúva de Luís Carlos Prestes; de sua neta, Ana Maria Prestes, e dos demais familiares; de Yuri Abyaza Costa, neto de Miguel Costa; o esforço de Tatiana Lins de Barros, neta de João Alberto Lins de Barros, que ainda está a caminho desta sessão; de Nelson Persigo, primo de Cezario Pires Vargas; de Letícia Cabanas de Paiva Azevedo, neta de João Cabanas; de Cleiton Weizenmann, historiador que aqui representa o Sr. Ezidro Pires Nardes, combatente da Coluna Prestes, que, como descobrimos agora, ainda está vivo e que, aos 104 anos, não teve condições de viajar para participar desta sessão.

Agradeço também ao apoio dado pela Fundação Maurício Grabois, a várias outras entidades e movimentos populares e dos trabalhadores que tornaram possível a realização desta sessão solene, que marca o início das comemorações dos 90 anos da Coluna Prestes.

Para encerrar, Sr^a Presidente, homenageio a Coluna Prestes na figura do Cavaleiro da Esperança, parafraseando Pablo Neruda: “Nenhum dirigente comunista da América Latina teve uma vida tão trágica e portentosa quanto Luís Carlos Prestes”.

Que sua memória siga inspirando homens e mulheres de nosso País, para que sigamos firmes na luta, defendendo o desenvolvimento, o avanço e a soberania.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo, neste momento, a Presidência dos trabalhos ao Deputado Inocêncio Oliveira.

Antes, porém, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Jô Moraes, nossa querida Deputada mineira; nosso Deputado Inocêncio Oliveira, que passa a dirigir os trabalhos neste instante; nossos convidados; nossa querida Maria Prestes, a Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. Bloco/PR – PE) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu lhe agradeço.

Cumprimento todos da Mesa e quero pedir ao nosso Presidente que já acolha nos *Anais do Congresso Nacional* o inteiro teor do meu pronunciamento em homenagem a esta manifestação extraordinária do povo brasileiro, que foi a Coluna Invicta, depois chamada de Coluna Miguel Costa Prestes e, afinal, de Coluna Prestes, a Coluna do Cavaleiro da Esperança, como assim chamou Jorge Amado, para imortalizar esse movimento extraordinário do povo brasileiro.

O que faziam esses homens? É o que procuro retratar no texto que vai compor os Anais desta sessão. Eles queriam o progresso do País, um País com população ainda pequena, um pouco mais de 27 milhões de habitantes, naquela década de 1920. Mas o País era gigantesco, rico, poderoso, com um território vasto, com uma capacidade produtiva extraordinária, embora com a incipiente indústria nascente, que vinha da luta de Mauá, que passou por Delmiro Gouveia, em Pernambuco e em Alagoas, saindo de Ipu, no Ceará, por onde entrou a Coluna no meu Estado, o Estado do Ceará.

Então, vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, convidados e convidadas, jovens estudantes que aqui estão, que a Coluna Prestes era uma Coluna de jovens oficiais do Exército Brasileiro e incorporou os civis, todos desejosos do desenvolvimento da Nação, do progresso do País, acreditando que era possível o povo viver muito bem no Território brasileiro, no gigantesco território do Brasil.

Não acontecia esse grau de desenvolvimento porque uma elite pequena e atrofiada na sua capacidade de gerar progresso dirigia a nossa Nação e frustrava todas as tentativas de desenvolvimento mais largo no nosso País. Vejamos as tentativas anteriores da independência com o patriarca José Bonifácio, da luta pela República, da busca do desenvolvimento industrial, da busca por trazer a ciência, a universidade, os cursos superiores. Tudo isso foi impedido de acontecer na nossa Nação por um largo período.

Digo que o reflexo imediato da Coluna Prestes, daquele movimento dos tenentes, daquele movimento dos jovens oficiais brasileiros, resultou na Revolução de 30, e muitos desses oficiais da Revolução de 30 passaram a comandar o País, a governar a nossa Nação. Isso resultou no processo de industrialização, embora nós não tenhamos conseguido resolver os graves problemas em áreas tão importantes como a educação, a saúde do nosso povo, a distribuição da riqueza neste País extraordinário, que é o Brasil.

Por isso, Presidente Inocêncio Oliveira, nós estamos prestando esta homenagem.

(*Soa a campanha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É uma homenagem do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira. Bloco/PR – PE) – Eu queria pedir a cooperação de V. Exª para encerrar. V. Exª tem mais um minuto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É claro! Não há dúvida.

É o Congresso Nacional, são os Senadores e Senadoras, os Deputados e as Deputadas do nosso País reconhecendo o papel histórico da luta travada por esses jovens oficiais, muitos reincorporados ao Exército Brasileiro. São oficiais, generais, estudiosos da história brasileira.

O fato de comemarmos significa resgatar, no presente, esse período da história, para que a juventude brasileira o examine e veja o resultado que conseguimos oferecer à nossa Nação.

Destaco aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira. Bloco/PR – PE) – Ilustre Senador Inácio Arruda, eu pediria a V. Exª que encerrasse seu pronunciamento, porque vou encerrar a sessão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vou encerrar.

Sr. Presidente, vou concluir, mostrando o movimento que ora a União da Juventude Socialista busca desempenhar para fazer esse grande resgate da história da Coluna Prestes, das lutas do povo brasileiro.

Faço esse registro, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dizer de Caio Prado Júnior, a Coluna Prestes foi “um dos episódios máximos da história brasileira”. A Grande Marcha percorreu entre 25 mil e 36 mil km do interior de nosso país – seus historiadores, analistas e comentaristas nunca chegaram a um consenso sobre o total de seu percurso. Envolveu homens e mulheres idealistas, abnegados, que abandonaram o conforto de seus lares e suas famílias para se embrenharem no Brasil, ansiando por uma vida melhor para a nossa gente.

À época da Coluna, o mundo vivia grave crise econômica e a Europa se reconstruía, após a guerra que ocorreu em seu território entre 1914-18. Na Rússia, a construção do socialismo dava seus primeiros passos. O Brasil era um país dependente. De acordo com o Censo de 1920, existiam pouco mais de 27 milhões de brasileiros. A estrutura política estava deteriorada.

Já durante o Império, os militares brasileiros manifestaram seu inconformismo e atuaram politicamente, tanto na luta pela abolição, quanto na luta pela República. Mas, com a nova forma de governo, o poder federal continuou dominado por reduzido grupo de políticos. Governadores e prefeitos tinham poderes quase absolutos, subordinando os legislativos e o judiciário. A ordem social perversa, imposta pela oligarquia latifundiária; o sistema eleitoral extremamente corrupto, onde até mortos votavam, impossibilitando a mudança pelas urnas, causavam descontentamento generalizado. Esse sentimento mobilizou os oficiais das Forças Armadas, nos anos 1920, em especial. Em 6 de julho de 1922, os militares se rebelaram na Escola Militar, no Rio de Janeiro, então capital do país, e no Forte de Copacabana. Protestavam contra o fechamento do Clube Militar e estavam insatisfeitos com a derrota do candidato presidencial que apoiavam, Nilo Peçanha, para Arthur Bernardes, ligado à oligarquia de São Paulo. O Forte foi bombardeado e a rendição dos rebeldes foi exigida. O tenente Siqueira Campos e um grupo de militares pegaram armas e marcharam pelas ruas em direção ao Palácio do Catete (sede do governo federal na época). Durante a marcha, alguns militares desistiram, ficando apenas 17 que receberam o apoio na rua de um civil, totalizando 18. Os rebeldes foram cercados pela tropa do Governo Federal. Após forte tiroteio em frente ao Posto 3 da praia de Copacabana, somente Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram, e foram presos. Os outros dezesseis foram mortos. A rebelião foi esmagada, mas a revolta não. Os tribunais condenaram 50 oficiais que participaram do levante a pena de prisão, de 5 a 20 anos. A patente da maioria dos oficiais revoltosos era a de tenente, eram jovens com menos de 30 anos. Seu movimento ficou conhecido como Tenentismo – e a Coluna Prestes, dois anos depois, foi a sua expressão máxima.

Na madrugada de 5 de julho de 1924, remanescentes do movimento de 22, rebelaram-se, em São Paulo, e tentaram depor o governo do Estado. O governo respondeu com artilharia pesada e aviões que bombardearam os bairros ocupados pelos rebeldes. Foram 18 mil governistas contra 7 mil rebeldes. Para evitar a continuidade dos bombardeios e o cerco por tropas vindas de outros Estados,

os tenentistas organizaram a retirada de seus 3.500 combatentes, levando peças de artilharia, munições e meios logísticos para prosseguimento da luta. A Coluna Paulista, como ficou conhecida, era chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, major Miguel Costa e pelos tenentes Eduardo Gomes e Juarez Távora (seu irmão, capitão Joaquim Távora, morreu nos combates em São Paulo). Seguiu para o Paraná, onde se instalou em Catanduvas. Ainda no mês de julho, na Amazônia, os tenentes lançaram um manifesto, denunciando que o povo “ignora o que seja o regime democrático, vive maltrapilho e faminto”.

Em outubro, novo movimento tenentista surge na região de Missões, no Rio Grande do Sul, liderado pelos tenentes Siqueira Campos e João Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes. Cercado pelas tropas governistas, os rebeldes conseguem escapar. Em Santa Catarina, no combate de Maria Preta, quando se viu atacado por forças legalistas do norte e do sul, Prestes determinou a retirada de seus soldados, e as tropas governamentais combateram entre si, por mais de 4 horas, sofrendo mais de 200 baixas. Os rebeldes gaúchos se encontraram com os rebeldes de São Paulo, em Foz do Iguaçu, no Paraná. No dia 14 de abril de 1925, editaram o Boletim nº 1 do Comando da 1ª Divisão Revolucionária, o que pode ser considerado o início da Coluna Prestes.

Por proposta de Luís Carlos, os militares resolveram não se exilar e formaram quatro destacamentos, comandados por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra, com Miguel Costa como comandante e Prestes como chefe do Estado-Maior. O general Isidoro não participaria das batalhas, devido à sua idade avançada. Prestes defendeu a guerra de movimento, acolhendo os inconformados que fosse encontrando pelo caminho. “A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós, revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo, que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastantes analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras”, justificou a decisão, em carta para o general Isidoro. Em 30 de abril, a vanguarda da Coluna entrou em Mato Grosso, depois de uma rápida passagem pelo Paraguai. Enfrentando destacamentos governistas bem-dotados de efetivos e suprimentos, inclusive meios de transporte, combatia somente em condições favoráveis, conseguindo assim armamento e munição. Levou 53 dias para chegar, da serra de Maracaju, fronteira mato-grossense com o Paraguai, à serra de Santa Marta, divisa com Goiás. Neste Estado, foi para o divisor entre o Tocantins e o Araguaia, de onde se dirigiu para Minas, para o trecho deserto da Bahia e retornou a Goiás, chegando a Porto Nacional no dia 28 de outubro. Em seguida, cortou o Maranhão, de oeste para leste, e entrou no Piauí. Daí, seguiu para Pernambuco e, de lá, para o Ceará.

Em janeiro de 1926, cerca de 130 homens da Coluna, comandados pelo capitão João Alberto, estiveram na cidade de Ipu. Os poderosos locais espalharam boatos de que aquela era uma “coluna de ateus interessados em prostituir as mulheres”. Na noite de 12 de janeiro de 1926, o batalhão da Coluna, saindo do Piauí, chegou ao Ceará passando por Ipueiras, Ipu, Nova Russas, Crateús, Novo Oriente, Quiterianópolis e Arneiroz. No dia 15, os revolucionários trocaram tiros com a polícia em Crateús. (Em 2006, foi inaugurado na cidade um monumento, criado por Oscar Niemeyer, para celebrar a passagem da Coluna Invicta). No povoado de São Domingos, já sob o comando de Luís Carlos Prestes, a Coluna novamente enfrentou as forças governantes, no dia 22. Sempre evitando conflitos desnecessários, os revolucionários foram para Acopiara, Iguatu e Solonópolis e entraram na Paraíba. Uns trinta rapazes cearenses, sob a chefia de Alfredo Sobreira, iam se reunir à Coluna, mas foram aprisionados pela polícia paraibana, foram todos sangrados, com exceção do próprio Sobreira, que conseguiu escapar dando 500 mil réis ao bandido que ia matá-lo. Orelhas dos cadáveres dos colunistas foram cortadas por jagunços, para apresentarem aos comandos governistas e receberem prêmios. A 3 de março de 1926, a Coluna atingiu a divisa do Rio Grande do Norte, de onde foi para a Paraíba e, novamente, Pernambuco. Novamente foi à Bahia. A coluna entrara no Maranhão, em novembro de 1925, com cerca de 900 homens; chegou à Bahia com perto de 1.200. Entrou em Minas e retornou à Bahia e a Pernambuco. Nas operações na Bahia, que levaram quatro meses, enfrentou forças calculadas em mais de 30 mil homens, entre tropas legalistas e grupos de jagunços ligados aos latifúndios. Perdeu pouco mais de 200 homens. De Pernambuco, retornou ao Piauí e novamente à Bahia e Goiás, transpondo a zona do Jalapão. Em 22 de outubro, seu efetivo era de menos de 600 homens, praticamente desarmados e desmuniados. Em 3 de fevereiro de 1927, entrou na Bolívia, com 620 homens, 90 fuzis, quatro metralhadoras, e cerca de 8 mil tiros. Percorrera, segundo Lourenço Moreira Lima, o secretário da Coluna, 25.500 km; segundo Prestes, 36 mil km.

Em algumas ocasiões, a tropa carecia de mantimentos. Quando atravessou o Pantanal, “estava a pé e sem recursos, alimentando-se só de palmitos e dos poucos bois que lhe restavam para as montadas, sem ter sequer um pouco de sal para temperar a carne. Essa marcha era feita, muitas vezes, com água pelos peitos e, em certas ocasiões, a nado, quando se deparava com algum corixo. Descansava-se, trepando nas árvores. Quase todos estavam descalços e mais ou menos nus”, narrou Lourenço Moreira Lima. Prestes, mesmo sendo o principal comandante da tropa, marchou 200 km a pé, porque cedeu seu cavalo para transportar doentes e feridos.

As deserções não eram coibidas. As punições, inclusive expulsões, eram dadas àqueles que abusavam da força ou eram violentos ou roubavam civis. Uma expulsão, em especial, merece ser mencionada. O Boletim nº 5 da Coluna, de 25 de abril de 1925, noticia a Exclusão de oficial: “Seja excluído do estado efetivo das forças revolucionárias o capitão Filinto Müller, por haver, covardemente, se passado para o território argentino, deixando abandonada a localidade de Foz do Iguaçu, que se achava sob sua guarda (...) levando armas e munição pertencentes à Revolução. Oxalá que esse oficial futuramente se justifique perante seus companheiros que ainda lutam em defesa da República dessa acusação, que pesa na sua consciência de filho desta grande pátria”. Assinado, general Miguel Costa, comandante da 1ª Divisão Revolucionária.

Esse Filinto Müller, durante a ditadura Vargas, foi chefe da polícia política e realizou prisões arbitrárias e torturou prisioneiros. Foi ele quem prendeu a judia alemã Olga Benário, militante comunista e companheira de Luís Carlos Prestes, à época grávida, e depois deportada para a Alemanha, onde foi executada em Bernburg, em 1942. Foi ele, também, quem prendeu Prestes, durante o Estado Novo. Foi eleito senador e apoiou o golpe de 1964. Há, no Senado, uma ala com o seu nome, onde, inclusive, fica o meu gabinete. Mas a história não para, e aguarda votação no Plenário o projeto de resolução do Senado (PRS 36/2011), de autoria da senadora Ana Rita (PT-ES), que altera a denominação da Ala Filinto Müller do Senado para Ala Senador Luís Carlos Prestes.

Lendas se formaram em torno da bravura daqueles brasileiros da Coluna Prestes e sua saga. Em Porto Nacional, surgiu o boato de que a Princesa Isabel integrava a Coluna, e o povo local queria vê-la. Em Goiás, moradores da barranca de um rio acreditavam que os lutadores só comiam as partes dianteiras do gado, para assim andar mais depressa. No Maranhão, os sertanejos acreditavam que uma negra feiticeira tinha “fechado o corpo” dos soldados da Coluna, que, por isso, nunca morriam em combate. Em Crateús, ocorreram alguns confrontos entre as forças governistas, que resultou em mortes de alguns dos membros da Coluna, ainda hoje lembrados no “Cemitério dos Revoltosos”, monumento fúnebre no qual foram sepultados dois de seus participantes, tidos como objetos de devoção popular. No contorno das cruzes dos dois “revoltosos” foram erguidas variadas outras, representando sepultamentos de crianças filhas dos devotos. Chamados de “anjinhos”, os mortos prematuramente eram levados até o espaço e sobre ele erguidas pequenas cruzes, que rodearam o monumento fúnebre central.

A Coluna enfrentou as forças regulares, do Exército, mas o que mais combateram foram as forças irregulares, a tropa do latifúndio, com ajuda ou em aliança com as polícias militares estaduais, ou sob comando militar, ou, na maioria dos casos, os jagunços eram conduzidos pelos próprios latifundiários. Nunca foi derrotada, pois só travava as batalhas em que tinha condições de vencer. O governo mobilizou mais de 20 mil homens das tropas oficiais para combatê-la. Travou mais de 50 combates contra as tropas federais e os jagunços do latifúndio. Quando os rebeldes não venceram, fizeram retirada e ruptura do cerco. O Pentágono classificou as operações da Coluna Prestes como “modelo de guerrilha”. Aproximadamente 50 mulheres acompanharam a Coluna, segundo Lourenço Moreira Lima. Na travessia do rio Uruguai, um grupo de mais de 20 mulheres que haviam aderido à Coluna em São Luís Gonzaga e Santo Ângelo, apesar de proibidas de permanecer junto à tropa rebelde, continuaram a acompanhar a marcha. Foram hostilizadas por alguns líderes. Prestes contou, em entrevista a O Estado de S. Paulo, em 1978: “Fui contra a entrada e permanência de mulheres na Coluna”. Mesmo assim, elas seguiram as tropas. As gaúchas que acompanharam a Coluna eram de origem humilde, inclusive camponesas. Algumas foram citadas como exímias combatentes. Carregavam armas e munições, deslocavam-se para os campos de batalha, onde atacavam e defendiam suas vidas e as dos rebeldes. Várias atuaram como enfermeiras. Retiravam os feridos nas linhas de fogo e, por vezes, os tratavam no próprio campo de batalha. A maioria, jovens maiores de 18 anos, mas havia também algumas com aproximadamente 50. Durante a Marcha, nasceram algumas crianças que migraram para a Bolívia com

mais de 2 anos de idade; outras, morreram durante a jornada. “Seus papéis foram diversos: cuidaram dos feridos, espionaram, deram e receberam amor, combateram, cozinham, estimularam a tropa, costuraram, tiveram filhos, amortalharam os mortos”, conta a pesquisadora Maria Meire de Carvalho. Em Piancó, escreve Lourenço, Tia Maria (quase todas as mulheres eram conhecidas apenas pelos seus apelidos), preta velha que acompanhava a Coluna desde o início, como cozinheira, foi capturada pela polícia paraibana, que a sangrou cruelmente, no cemitério, obrigando-a, inclusive, a abrir a própria cova. Também nesta cidade, a enfermeira e o irmão do tenente Agenor Pereira de Souza, que ali ficara por estar ferido, foram degolados. Em Amarante, os governistas prenderam a mãe do capitão da Coluna, Manoel Mendes de Moraes, uma viúva de mais de 60 anos, surrando-a, queimando sua casa e destruindo seus pertences.

Quando iniciaram a saga da Coluna, seus integrantes pouco conheciam do Brasil profundo. Eram, em sua maioria, oficiais do Exército e da Polícia Militar de São Paulo; oficiais e sargentos, que se tornaram tenentes, capitães e dirigentes de seus batalhões. Além disso, havia soldados do Exército, da Polícia Militar e trabalhadores. Não tinham um programa político. O objetivo era derrubar o Governo Artur Bernardes e adotar um regime democrático no país. Segundo o historiador Hélio Silva, a marcha “não era uma retirada militar, nem tinha um plano guerreiro. Destinava-se a manter acesa a chama revolucionária. Tornou-se o grande assunto da imprensa e dos líderes da oposição”. O general Isidoro Dias Lopes, logo após o 5 de julho de 1924, escreveu que, apesar do Brasil ser “fantasticamente rico”, “está falido e não pode pagar os fabulosos juros de sua fabulosa dívida, apesar dos milhões de contos de réis extorquidos ao povo nestes últimos 20 anos”. O general Olinto de Mesquita Vasconcelos, na retirada de São Paulo, em 7 de setembro de 1924, doou terras aos índios das barrancas do Paraná e conclamou-os a “varrer o capitalismo do Brasil”, pois, “só haverá realmente povo, quando desaparecerem as castas. O comunismo é o único processo capaz de resolver esse problema”, disse. Mas este não era o pensamento dominante do Tenentismo. Segundo Prestes, ele, Siqueira Campos, João Alberto, Juarez Távora, haviam sido criados nas cidades e no litoral e não conheciam a situação dos homens do campo, “tão miserável, apesar de conhecermos as favelas das grandes cidades. O quadro era realmente de horrorizar. O que vimos pelo interior de Mato Grosso, Goiás, Nordeste, foi miséria e exploração. Além disso, em condições sanitárias terríveis”. O general Emídio da Costa Miranda contou: “O nosso pensamento político se resumia em levar a Revolução ao maior número de Estados e durar o maior tempo que fosse possível em armas, provando-se, com isso, a incompetência do Governo, por um lado, e, por outro lado, o que poderia fazer o povo, em seu próprio benefício, se resolvesse se organizar e reagir”.

Lourenço conta: “Nunca destruimos as repartições públicas e apenas inutilizávamos os troncos, gargalheiras e correntes que encontrávamos nas cadeias e as horríveis palmatórias que existiam nas escolas para o esbordoamento das crianças. ... Os documentos que destruimos publicamente eram os livros e as listas de cobrança dos impostos para livrarmos o povo, pelo menos por algum tempo, das extorsões do Governo”. Em Goiás, lembra ele, “estava preso, numa corrente, na cadeia pública, um preto, acusado da prática de um homicídio. Absolvido pelo júri, contra ele fora lavrada sentença condenatória de 30 anos de prisão celular, por se achar o juiz inteiramente embriagado. E, como o seu advogado não houvesse apelado da iníqua decisão, jazia encarcerado havia onze anos, tendo passado os sete primeiros num tronco e os quatro últimos naquela corrente”. O negro foi libertado pelos revolucionários e seu processo queimado.

Durante a Coluna, Prestes teve seu primeiro contato com o Partido Comunista, através do dirigente pernambucano Cristiano Cordeiro, que foi encontrá-lo durante a preparação do ataque a Teresina, no Piauí, para saber se apoiaria um programa de reivindicações da classe operária, pois preparava um movimento reivindicatório em Recife; mas a Coluna não chegou a Recife. Na Bolívia, os revolucionários entregaram as armas e foram trabalhar numa companhia inglesa, por um ano, e os soldados, pouco a pouco, voltaram ao Brasil. Os oficiais ficaram, principalmente, na Argentina e Uruguai. Prestes ficou na Bolívia, depois Argentina, e, depois de aderir ao Partido Comunista, foi para a URSS. Além do exemplo vigoroso de luta por um Brasil voltado para os brasileiros, a Coluna revelou um líder do gabarito de Prestes que, no dizer do general Miguel Costa, “era o exemplo perfeito. Sua austeridade de costumes, sua humanidade, davam, com efeito, o exemplo constante. E note-se: a vida na Coluna não era amena. As condições do voluntariado eram ditas com fraqueza a quem quisesse entrar na luta. ‘Aqui não tens soldo, não tens cavalos, não tens espingarda, uniformes, vencimentos. Escolhe. Deste lado, está a verdade, não tens roupa. Do lado do governo, tens armas, munições; uni-

formes, vencimentos. Escolhe. Deste lado, está a verdade a honra. Do lado do governo...’ O voluntário escolhia, sabendo muito bem o que escolhia. A Coluna encarnava o heroísmo a abnegação, o patriotismo. Deu-nos grandes ensinamentos militares; mostrou a fibra do homem brasileiro, deu a medida da grandeza de nosso povo. É também um símbolo de juventude heroica, porque os comandantes na Coluna eram quase todos jovens. Prestes estava em plena mocidade. Moço, bem moço, mostrava o sou imenso desinteresse pessoal, o estoicismo, a confiança no seu ideal, queria servir unicamente à Pátria. E víamos, durante a marcha, o ‘vasto hospital’ no sertão, a escravidão, o analfabetismo do nosso povo. Uma das lições da Marcha era que o Brasil reclamava reformas radicais para vencer o sou atraso, progredir. Não sou comunista. Mas creio que todo homem honesto, seja católico, seja espírita, de ideias diferentes, não pode negar esta verdade: Prestes é um homem de bem”.

Segundo Edmar Morel, a bibliografia sobre a Coluna envolve mais de 5 mil livros, artigos e reportagens, em português e outros idiomas.

Os tenentes tinham grande amor pelo Brasil e desejavam vê-lo grande e respeitado, e esperavam que o povo os ouvisse. O Tenentismo pretendeu purificar o regime republicano, despojá-lo dos desvios, dos erros, dos desmandos que a realidade brasileira lhe impusera. “... no rastro da Coluna ficava a Esperança”, escreveu Jorge Amado.

Recentemente, no mês passado, a União da Juventude Socialista (UJS), em meio às atividades que marcam os 50 anos do golpe de 1964, realizou o projeto “Lutas que construíram o Brasil: da Coluna Prestes à Guerrilha do Araguaia”. Um grupo de 40 jovens visitou e percorreu trechos pelos quais passaram esses dois levantes. Em Palmas, visitaram o “Memorial Coluna Prestes”, onde assistiram filmes e debates sobre esse movimento revolucionário. Depois, foram para Xambioá, São Geraldo do Araguaia, Vila Santa Cruz dos Martírios e Marabá, ambiente onde ocorreu a guerrilha de militantes do PCdoB contra a ditadura militar no país. O objetivo foi desenvolver atividades pedagógicas junto aos moradores locais, promovendo a integração, da mesma forma como os guerrilheiros fizeram na década de 1970. Em Marabá, houve uma sessão oficial da Comissão de Anistia.

O Brasil mudou, para melhor. Em especial nos últimos dez anos, nos governos Lula-Dilma, quando vivenciamos uma vigorosa inclusão social em todas as regiões do país. Estamos também acertando contas com o nosso passado, valorizando nossos heróis, reescrevendo a nossa história para incluir, nela, as lutas e personagens ligados à construção de uma nação justa e soberana. Os mandatos dos constituintes comunistas de 1946, inclusive do senador Luís Carlos Prestes, foram restituídos. Também foram restituídos os mandatos do presidente João Goulart e dos parlamentares federais cassados pela ditadura imposta em 1964. A Grande Marcha segue nas lutas do povo e nas atividades da juventude, para fazer avançar o Brasil que a Coluna Prestes descortinou.

Encerro com as palavras do general Henrique Cunha, outro participante da Coluna Invicta:

– A melhor homenagem que se pode prestar aos heróis revolucionários que se sacrificaram por um Brasil progressista, economicamente independente, é manter e conservar em mãos firmes a bandeira libertadora dos 5 de julho. É um dever que incumbe a todos os brasileiros patriotas: conquistar a libertação econômica da nossa pátria; lutar em defesa do nosso patrimônio, de nossas riquezas minerais estratégicas e radioativas, de nosso petróleo, contra a cobiça dos trustes internacionais, de lutar sem desfalecimento pelo prosseguimento da industrialização do país, garantia de nossa segurança e defesa; de lutar por uma reforma agrária que elimine a miséria, a fome, as doenças e o abandono dos campos; de lutar pelo respeito ao exercício dos mandatos conferidos pela vontade soberana do povo livremente expressa nas urnas; de lutar pelo ideal de paz, pela proibição de guerras de conquista, consagrado em todas as nossas Constituições, enfim, manter bem vivo o espírito de confraternização com o povo nas suas lutas pelos ideais de independência econômica, de paz, democracia e progresso. É esta a melhor maneira de homenagear aqueles bravos revolucionários e sermos dignos de suas gloriosas tradições.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, a Srª Jô Moraes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira. Bloco/PR – PE) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 58 minutos.)

Ata da 15ª Sessão Conjunta, em 20 de maio de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 21 horas e 6 minutos e encerra-se às 22 horas e 19 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores:



54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

15ª SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL

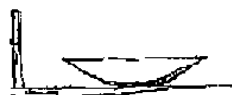
Período : 20/05/14 07:00 até 20/05/14 22:20

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CÁSILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X

Partido	UF	Nome	Pres
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 74 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento das Sr^{as} e dos Srs. Deputados:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 23/05/2014
Hora: 17:02

54ª LEGISLATURA

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 015 - 20/05/2014

Início : 20/05/2014 21:06

Fim : 20/05/2014 22:20

Total de Presentes : 456

	Partido	Bloco
RORAIMA		
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp
002 - Edio Lopes	PMDB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp
625 - Marcio Junqueira	PROS	PpPros
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM	
616 - Urzeni Rocha	PSD	
Presentes Roraima: 6		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	Solidaried	
Presentes Amapá: 5		
PARÁ		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
019 - Beto Faro	PT	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
030 - Josué Bengtson	PTB	PtbPsdc
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp
526 - Luiz Otavio	PMDB	
035 - Miriquinho Batista	PT	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	Solidaried	
025 - Zé Geraldo	PT	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 14		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PSD	
037 - Carlos Souza	PSD	
036 - Henrique Oliveira	Solidaried	
040 - Pauderney Avelino	DEM	
042 - Rebecca Garcia	PP	PpPros
043 - Sabino Castelo Branco	PTB	PtbPsdc

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 7		
RONDONIA		
642 - Amíl Lando	PMDB	
615 - Anselmo de Jesus	PT	
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 6		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
055 - Gladson Cameli	PP	PpPros
052 - Henrique Afonso	PV	
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
061 - Ângelo Agnolin	PDT	
064 - César Halum	PRB	
060 - Eduardo Gomes	Solidaried	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPros
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 7		
MARANHÃO		
071 - Alberto Filho	PMDB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp
072 - Domingos Dutra	Solidaried	
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
076 - Hélio Santos	PSDB	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp
080 - Pedro Fernandes	PTB	PtbPscd
082 - Pedro Novais	PMDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplicio Araújo	Solidaried	
084 - Waldir Maranhão	PP	PpPros
579 - Weverton Rocha	PDT	
Presentes Maranhão: 16		

	Partido	Bloco
CEARÁ		
089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
092 - Ariosto Holanda	PROS	PpPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	PtbPsd
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
097 - Domingos Neto	PROS	PpPros
098 - Edson Silva	PROS	PpPros
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	PpPros
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	PpPros
Presentes Ceará: 21		
PIAUI		
111 - Assis Carvalho	PT	
109 - Átila Lira	PSB	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	PpPros
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marllós Sampaio	PMDB	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	PtbPsd
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
122 - Betinho Rosado	PP	PpPros
119 - Fábio Faria	PSD	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrp
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 6		
PARAÍBA		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros
131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	PpPros
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp
139 - Wilson Filho	PTB	PtbPsdc
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
647 - André de Paula	PSD	
144 - Augusto Coutinho	Solidaried	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
148 - Danilo Cabral	PSB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	PpPros
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
145 - Inocêncio Oliveira	PR	PrPtdobPrp
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Corte Real	PTB	PtbPsdc
151 - José Augusto Maia	PROS	PpPros
147 - José Chaves	PTB	PtbPsdc
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	
157 - Roberto Teixeira	PP	PpPros
160 - Sílvio Costa	PSC	
555 - Vilalba	PP	PpPros
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 23		
ALAGOAS		
596 - Alexandre Toledo	PSB	
162 - Arthur Lira	PP	PpPros
607 - Francisco Tenório	PMN	
166 - Givaldo Carimbão	PROS	PpPros
168 - Mauricio Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp
608 - Paulão	PT	
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp
Presentes Alagoas: 8		
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PMDB	
174 - Andre Moura	PSC	
619 - Fabio Reis	PMDB	
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	

	Partido	Bloco
SERGIPE		
177 - Márcio Macêdo	PT	
179 - Mendonça Prado	DEM	
178 - Rogério Carvalho	PT	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	PtbPsd
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp
199 - João Leão	PP	PpPros
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrp
202 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	Solidaried	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	Solidaried	
210 - Mário Negromonte	PP	PpPros
208 - Maurício Trindade	PROS	PpPros
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	PpPros
216 - Rui Costa	PT	
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 39		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PROS	PpPros

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp
227 - Antônio Andrade	PMDB	
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrp
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp
232 - Bilac Pinto	PR	PrPtdobPrp
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	Solidaried	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	PtbPsdc
238 - Fábio Ramalho	PV	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	
531 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PSD	
250 - Júlio Delgado	PSB	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp
251 - Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrp
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
651 - Subtenente Gonzaga	PDT	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPros
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	
271 - Zé Silva	Solidaried	
Presentes Minas Gerais: 42		
ESPÍRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
273 - Iriny Lopes	PT	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
275 - Manato	Solidaried	

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
280 - Paulo Foletto	PSB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 8		
RIO DE JANEIRO		
286 - Adrian	PMDB	
287 - Alessandro Molon	PT	
321 - Alfredo Sirkis	PSB	
283 - Andreia Zito	PSDB	
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	Solidaried	
291 - Benedita da Silva	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp
529 - Dr. Carlos Alberto	PMN	
296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp
650 - Dudu Luiz Eduardo	PSDC	PtbPsdc
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
613 - Eurico Júnior	PV	
301 - Felipe Bornier	PSD	
303 - Filipe Pereira	PSC	
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	PpPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPros
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Julio Lopes	PP	PpPros
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Lilliam Sá	PROS	PpPros
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	PpPros
316 - Otavio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp
314 - Pedro Paulo	PMDB	
318 - Rodrigo Bethlem	PMDB	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PpPros
324 - Vitor Paulo	PRB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrp
Presentes Rio de Janeiro: 42		
SÃO PAULO		

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
334 - Alexandre Leite	DEM	
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	PtbPsdc
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
541 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PpPros
645 - Gustavo Petta	PCdoB	
644 - Helcio Silva	PT	
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	Solidaried	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
364 - José Anibal	PSDB	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
370 - Marcelo Aguiar	DEM	
368 - Márcio França	PSB	
648 - Maria Lucia Prandi	PT	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
375 - Missionário José Olimpio	PP	PpPros
381 - Nelson Markezelli	PTB	PtbPsdc
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp
372 - Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
385 - Roberto de Lucena	PV	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
387 - Roberto Freire	PPS	
386 - Roberto Santiago	PSD	
388 - Rodrigo Garcia	DEM	
391 - Salvador Zimbaldi	PROS	PpPros
546 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrp
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
395 - Vicente Candido	PT	
396 - Vicentinho	PT	
397 - William Dib	PSDB	
Presentes São Paulo: 61		
MATO GROSSO		
401 - Eliene Lima	PSD	
399 - Júlio Campos	DEM	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
519 - Roberto Dörner	PSD	
405 - Saguas Moraes	PT	
404 - Valtênir Pereira	PROS	PpPros
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrp
Presentes Mato Grosso: 7		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
410 - Luiz Pitiman	PSDB	
411 - Magela	PT	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
416 - Armando Vergílio	Solidaried	
422 - Flávia Moraes	PDT	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	PtbPsdC
420 - Leandro Vilela	PMDB	
575 - Magda Mofatto	PR	PrPtdobPrp
428 - Pedro Chaves	PMDB	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	PpPros
424 - Thiago Peixoto	PSD	
547 - Valdivino de Oliveira	PSDB	
Presentes Goiás: 14		
MATO GROSSO DO SUL		

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Biffi	PT	
433 - Fábio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	
437 - Marçal Filho	PMDB	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	PtbPsdC
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
441 - André Zacharow	PMDB	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
442 - Cida Borghetti	PROS	PpPros
444 - Dilceu Sperafico	PP	PpPros
449 - Dr. Rosinha	PT	
446 - Edmar Arruda	PSC	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	Solidaried	
466 - Giacobbo	PR	PrPtdobPrp
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB	
542 - Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp
458 - Nelson Meurer	PP	PpPros
457 - Nelson Padovani	PSC	
588 - Odílio Balbinotti	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
464 - Ratinho Junior	PSC	
467 - Reinhold Stephanes	PSD	
459 - Rosane Ferreira	PV	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 29		
SANTA CATARINA		
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	PpPros
574 - João Pizzolatti	PP	PpPros
476 - Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp
649 - José Carlos Vieira	PSD	
477 - Luci Choinacki	PT	

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 14		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	PpPros
486 - Alceu Moreira	PMDB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
578 - Eliseu Padilha	PMDB	
502 - Giovani Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	PpPros
501 - José Otávio Germano	PP	PpPros
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	PpPros
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	
496 - Marco Maia	PT	
507 - Marcon	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
513 - Paulo Pimenta	PT	
503 - Pepe Vargas	PT	
511 - Renato Molling	PP	PpPros
515 - Ronaldo Zulke	PT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	PtbPsd
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	PpPros
Presentes Rio Grande do Sul: 28		

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As listas de presença acusam o comparecimento de 74 Senhoras e Senhores Senadores e 455 Senhoras e Senhores Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra, pela ordem, aos Líderes partidários, para que nós possamos, do ponto de vista do processo, indicar um caminho que possa nos levar a um rendimento efetivamente maior.

Nós estamos com um problema muito sério: é que depois da mudança com relação ao voto na sessão do Congresso Nacional, nós vamos precisar aprimorar o sistema de votação. Talvez uma coisa que tenhamos que discutir é a necessidade – é evidente que essa decisão é do Plenário – de nós votarmos através de cédulas identificadas com o nome do Senador e do Deputado Federal.

Hoje mesmo nós precisamos fazer várias votações. E, como todos sabem, há uma dificuldade muito grande de mantermos o quórum à medida que a sessão do Congresso Nacional avança. Então, talvez seja o caso de fazermos uma reunião para mudar o modelo de votação, de modo a tornar a sessão do Congresso mais objetiva.

Consulto o Plenário se podemos proceder como nas outras sessões de apreciação de vetos presidenciais, ou seja, depois de conceder a palavra aos Líderes, pela ordem, já iniciarmos a Ordem do Dia, concedendo a palavra aos oradores inscritos para breves comunicações, pelas Lideranças e para os debates sobre os vetos, enquanto ocorre a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Neste momento, vou conceder a palavra ao Líder Mendonça Filho.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, eu estava inscrito antes, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. não estava inscrito antes. Estava inscrito o Deputado Mendonça Filho.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – É porque V.Exa. estava olhando para a direita. Olhe para a esquerda! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Eu quero me inscrever também, Sr. Presidente, pelo Bloco PP/PROS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao tempo em que uso a palavra como Líder também, eu quero inicialmente fazer uma questão de ordem a V.Exa., de acordo com o art. 51, inciso III, da Constituição Federal, considerando que o Regimento Comum do Congresso Nacional é omissivo em relação à contagem dos prazos em Comissões Temporárias. Portanto, adota-se o art. 76, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal.

Sr. Presidente, vou ler para V.Exa. e para o Plenário – Senadores e Deputados – o art. 76, § 3º, que diz o seguinte:

*“Art. 76.
§ 3º O prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional.”*

É o que dispõe o Regimento do Senado Federal, que deve ser atendido quando o Regimento Comum é omissivo.

Portanto, Sr. Presidente, não há qualquer dúvida no caso das CPIs: o prazo é contado da leitura de seu requerimento de criação, realizada neste plenário, na sessão do Congresso Nacional do dia 15 de abril. Volto a insistir: dia 15 de abril. Somam-se, desde essa data até o dia de hoje, 10 sessões, Sr. Presidente, 10 sessões da Câmara dos Deputados.

Tenho ainda outro ponto a destacar. O Mandado de Segurança nº 32.885, impetrado especificamente para a CPI do Senado, foi por V.Exa. estendido à Comissão Mista de Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, no dia 23 de abril, a Ministra Rosa Weber, em caráter liminar, decidiu pela instalação da CPI exclusiva da PETROBRAS. Ora, Sr. Presidente, considerando-se que, neste mesmo dia, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira tomaram amplo conhecimento dessa decisão por meio de intensa veiculação pela imprensa nacional, pode-se estabelecer outra contagem dos prazos estabelecidos por V.Exa., a partir do dia seguinte ao da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, dia 24 de abril. Veja, Sr. Presidente, desta data até a sessão do dia de hoje, contam-se 8 sessões.

Resta claro que, mesmo que V.Exa. decida pela contagem dos prazos após a decisão judicial proferida pelo STF, ainda assim, os prazos possíveis, aplicados por força do art. 28, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estão todos vencidos.

Em qualquer caso, Sr. Presidente, das 8 sessões exigidas por V.Exa., 5 sessões para indicação dos Líderes mais 3 sessões para o Presidente indicar os membros faltantes já ocorreram. A contagem dos prazos, que vem sendo feita até aqui, aquela que se inicia após a sessão do Congresso Nacional do dia 7 de maio, é completamente fictícia.

Sr. Presidente, nessa sessão houve apenas, conforme se depreende da própria tramitação do requerimento de criação da CPMI, respostas a questões de ordem formuladas anteriormente. Ora, não há previsão regimental para que a questão de ordem suspenda os prazos no Congresso Nacional. Além disso, Sr. Presidente, foram estas as palavras de V.Exa. na última sessão do congresso Nacional:

“O recurso à questão de ordem que acabo de formular não tem efeito suspensivo no âmbito do Congresso Nacional, diferentemente do que aconteceu no Senado Federal, porque o Regimento do Congresso não estabelece para esse recurso do Presidente à questão de ordem à Comissão específica efeito suspensivo.”

Concluo, apelando para V.Exa. no sentido de que declare transcorridos os prazos regimentais exigidos para a imediata instalação da CPMI da PETROBRAS, atendendo aos anseios da sociedade brasileira e cumprindo o que determina a Constituição Federal.

Sr. Presidente, na última sessão – e aí eu vou ser bem objetivo, para concluir, e peço a extensão apenas do meu tempo de Líder para esta questão de ordem que formulo –, digo a V.Exa. que declarei, de forma pública, que tinha entendimento de que, em Comissões Temporárias, o prazo a se respeitar é o prazo de 48 horas. V.Exa. indeferiu a minha questão de ordem. Recorremos à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal, como assegura o Regimento Comum do Congresso Nacional.

Não quero discutir esse prazo de 48 horas, eu quero me fixar no prazo que V.Exa. entende como o que deve ser fixado. O prazo de 5 sessões, mais 3, que é dado a V.Exa., para mim está esgotado. Não é um ato em que V.Exa. vai escolher uma data para começar a cumprir o prazo. O prazo tem que ser estabelecido a partir da publicação do ato de criação no *Diário do Congresso Nacional* da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu pediria só aos Srs. Líderes...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – A minha questão de ordem só vai levar 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ...que deixem o Deputado Mendonça Filho concluir. Em seguida, eu darei a palavra a todos.

Se V.Exa. puder concluir, Deputado...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Então, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que, por favor, esclareça para o Plenário do Congresso Nacional qual é o prazo que V.Exa. vai respeitar, porque as 8 sessões já expiraram, se levamos em consideração tanto a decisão da Ministra Rosa Weber quanto o ato de publicação de criação da CPMI no âmbito do Congresso Nacional.

Portanto, cabe a V.Exa., neste instante, na ausência da designação de indicados por parte dos partidos políticos, fazer a indicação imediatamente, para que o Brasil possa ter instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito encarregada de apurar os desvios e irregularidades denunciados no âmbito da PETROBRAS.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, rápida. Um minuto para a minha questão de ordem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Sr. Presidente, nessa mesma linha...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero dizer – antes de conceder a palavra para as questões de ordem que estão sendo solicitadas – ao Deputado Mendonça Filho que nós não podíamos contar o prazo a partir daquela referência porque tínhamos questões de ordem pendentes, e essa tramitação era uma coisa absolutamente nova, inédita.

Nós tivemos dois requerimentos – um requerimento mais restrito e um requerimento amplo. Nós tínhamos que fazer opção por um dos dois requerimentos ou pelos dois, conjuntamente, agregando fatos determinados.

Mas a decisão judicial com relação à CPI dos Bingos no Senado Federal estabeleceu esse rito, que nós estamos cumprindo. O prazo para que os Líderes indiquem os membros da CPMI se extingue hoje. E eu terei exatamente o mesmo prazo que tive no Senado Federal, se alguns partidos não indicarem, para fazer, na forma do Regimento, as indicações desses nomes.

De modo que terça-feira, que foi exatamente o prazo que nós observamos no Senado Federal, se os partidos não indicarem, nós vamos indicar, na forma do Regimento, os nomes que completarão a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – V.Exa. está levando em consideração o prazo a partir do dia 7, então, da realização da última sessão do Congresso Nacional, que V.Exa. convocou extraordinariamente.

Eu entendo, modéstia parte – e digo, de forma muito respeitosa –, que não há sentido, Sr. Presidente. Ou se leva em consideração a decisão da Ministra Rosa Weber, que é uma data que porventura é aceitável, ou se leva em consideração o ato de publicação no âmbito do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. deve se recordar que nós convocamos uma sessão do Congresso Nacional só para antecipar esses prazos, exatamente para que nós tivéssemos um cronograma óbvio e, num curto espaço de tempo, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, como quer o Plenário e a sociedade brasileira.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente, baseada no art. 28 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós inscrevemos os Deputados Rubens Bueno, Silvio Costa, Esperidião Amin, Danilo Forte, Arthur Maia e o Líder Imbassahy.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem. Juntar o tempo da Liderança, fica a critério da Presidência. Se não for esgotado, eu vou utilizá-lo depois.

Nos termos do art. 131 do Regimento Comum, formulo a seguinte questão de ordem acerca do dever regimental e constitucional de imediata instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que pretende investigar irregularidades envolvendo a PETROBRAS, relacionadas à compra da refinaria de Pasadena, no Texas, ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal e ao superfaturamento na construção de refinarias.

O Regimento Comum, em seu art. 21, é objetivo ao indicar a celeridade da instalação de uma CPMI. O que diz o art. 21, Sr. Presidente?

Diz o seguinte:

“Art. 21. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito serão criadas em sessão conjunta, sendo automática a sua instituição se requerida por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados mais 1/3 dos membros do Senado Federal.”

A CPMI teve sua leitura feita em sessão do Congresso Nacional no dia 15 de abril deste ano. À época, o requisito necessário do fato determinado das CPIs do Senado estava sendo questionado perante o Supremo Tribunal Federal, razão pela qual esta Presidência decidiu aguardar decisão daquela Corte, entendendo que o objetivo da CPI mista era o mesmo e, portanto, dependeria daquele julgamento.

Em 23 de abril, a Ministra Rosa Weber deferiu a liminar em mandado de segurança determinando que a Comissão Parlamentar de Inquérito fosse implementada com o objeto restrito, proposto pela Minoria. No dia 28 de abril, essa decisão foi publicada no *Diário da Justiça Eletrônico*. Ou seja, a questão do fato determinado estava totalmente superada, restando à Presidência do Congresso Nacional proceder à instalação das Comissões que estivessem com seus requisitos constitucionais preenchidos.

No entanto, apenas no dia 7 de maio, essa Presidência sinalizou o envio de ofícios, solicitando a indicação dos membros pelos Líderes partidários. Passaram-se, portanto, aproximadamente 10 dias sem que as devidas providências fossem tomadas por essa Mesa. Repito: entre a decisão da Ministra, a publicação e, em seguida, 10 dias depois, V.Exa. pedir os nomes.

Não bastasse a omissão nesse lapso de tempo, que muitas vantagens já trouxe ao Governo, decidi adotar também contagem de prazo, o que traria ainda mais desvantagem temporária à Minoria. Adotando o mesmo prazo de 5 sessões que os Líderes têm nos começos de Legislatura para indicar todos os membros das 22 Comissões Permanentes, ofereceu aos Líderes da Maioria praticamente mais 2 semanas sem investigação na Câmara dos Deputados.

Hoje, Sr. Presidente, as alegadas 5 sessões para indicação dos Líderes se encerraram. Até agora, há 20 titulares indicados, portanto mais da metade da composição numérica da Comissão. Na Câmara, apenas o PT não indicou seus representantes na CPMI. Repito: na Câmara, apenas o PT não indicou seus representantes na CPMI, o que demonstra inequívoca vontade desta Casa Legislativa em participar do processo fiscalizatório da PETROBRAS.

Ao aplicar-se regra consuetudinária das Comissões Temporárias na Câmara dos Deputados, não há que se falar em prazo de 3 sessões para indicação do Presidente da respectiva Casa, uma vez que já contamos com a maioria na Comissão. A partir de agora, cabe, portanto, Sr. Presidente, a V.Exa. indicar os nomes faltantes à CPMI, imediatamente. Não há mais motivo para não fazê-lo, pois já temos número para proceder às eleições.

Inclusive – e aí peço a atenção de V.Exa. – ressaltar que a leitura dos nomes pode ser feita em sessão do Senado Federal, conforme precedente da constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos (Requerimento nº 2 de 2008) publicada no *Diário do Senado Federal* em 7 de março de 2008.

Sr. Presidente, considerada a necessidade de efetivação dos direitos das minorias e, sobretudo, com o intuito de fiscalização de uma das nossas maiores empresas, a PETROBRAS, apelo, portanto, para o espírito de moralidade de V.Exa. na administração pública, e requeiro que a CPMI seja constituída amanhã. Já que o prazo é de até 3 sessões, que V.Exa. amanhã proceda à colocação dos nomes e ao pedido de instalação desta CPMI de alto interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é baseada no art. 28, do Regimento Comum. Vou repetir, Sr. Presidente: é baseada no art. 28, do Regimento Comum.

Sr. Presidente, esta sessão estava marcada para as 19 horas. São 21h25min. Nós temos 13 votações nominais – 13! Então, por uma questão de economia processual, o art. 28 diz que para começar a sessão do Congresso, há que se ter pelo menos 1/6 de cada Casa. Um sexto da Câmara está aqui. Realmente eu acho que tem 86 Deputados. Mas eu procurei aqui, e não tem 14 Senadores. Então, esta sessão tem que ser encerrada.

Eu quero pedir, baseado no art. 28, verificação de quórum. Tenho certeza de que, como V.Exa. é um grande democrata, vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero só comunicar ao Deputado Silvio Costa que conta para efeito das presenças – e quando abrimos a sessão do Congresso fizemos questão de anunciar a presença de Senadores e Deputados...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – No painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ... na Casa, no prédio do Congresso Nacional...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Não, Sr. Presidente, desculpe discordar. V.Exa. fez um debate com o Deputado Mendonça Filho, aí o Deputado Rubens Bueno também se manifestou aqui. Não é isso que diz o Regimento. V.Exa. é talentosíssimo, mas o Regimento... A não ser que V.Exa. cite o artigo do Regimento que diz isso, que fale em presença na Casa. Fala em 1/6 de presença. Da Casa... Esse complemento nominal é de V.Exa. Eu gostaria que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, não. Esta é uma prática que sempre se adotou no Congresso Nacional. E é exatamente...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Mas não é a prática, Sr. Presidente, é o Regimento. Não custa nada V.Exa. pegar a relação dos Senadores e fazer a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. me permite, faço a releitura:

“Art. 28. As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso Nacional.”

Não diz no plenário do Congresso Nacional.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, V.Exa. pode ler o art. 29, que é o subsequente, § 2º? Leia o art. 29, § 2º, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – No curso da sessão – não é na abertura, como invocou V.Exa. No curso da sessão, aí, essa é uma outra questão.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – A sessão está em curso, Sr. Presidente. É porque discutir Regimento com V.Exa. é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, de forma nenhuma.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Eu reconheço, mas sou insistente. Nós estamos no curso da sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. invocou a abertura na questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Não, não, não. Eu invoquei... Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Art. 29, § 2º: “No curso da...”

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Quem pensa muda; eu pensei. É no curso da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Repito:

“§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos ex officio ou por provocação de qualquer Congressista.”

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Eu provoquei V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só fazer um apelo a V.Exa. para que nós pudéssemos, antes de encerrar os nossos trabalhos, verificado o quórum, encaminhar algumas questões que precisam desde logo ser encaminhadas.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Não, Sr. Presidente, por favor, eu não quero ser deselegante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Recurso a uma questão de ordem, Senador Renan...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Por favor, eu estou com a palavra. Eu estou com a palavra!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Deputado Imbassahy, eu estou com a palavra. Eu não quero ser... Não, eu estou com a palavra, Sr. Presidente. O Deputado Mendonça Filho falou e eu fiquei calado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço ao Deputado Silvio Costa que, por favor, conclua a sua questão.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Eu vou concluir. Eu gostaria de não ser indelicado com V.Exa., mas o Regimento, às vezes, não permite que a gente não seja indelicado. Eu não posso autorizar esse pedido de V.Exa., porque V.Exa., em tese, estaria ganhando tempo para a chegada de Senadores. Então eu gostaria que V.Exa., que é um regimentalista, fizesse a chamada dos Senadores, por favor. É só isso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Não sem antes responder as questões de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou responder as questões de ordem. Eu queria, isonomicamente, tratar o Deputado Esperidião Amin da mesma forma que eu tratei os outros Líderes, e também o Líder Imbassahy, e conceder-lhes a palavra, para que eles possam se manifestar. E aí eu responderei as questões de ordem, de uma vez por todas.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Então, V.Exa. considera encerrada a Ordem do Dia e eles fazem a questão de ordem, Sr. Presidente. Encerra a Ordem do Dia e eles fazem a questão de ordem, pronto, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa, naturalmente, por gostar, como nós gostamos, da própria voz... Nós gostamos muito da voz do Deputado Silvio Costa. Ele é o meu advogado preferido, principalmente nas causas mais difíceis, como é o caso, hoje.

Então, eu quero dizer ao Deputado Silvio Costa que eu concordo com ele quanto ao horário de abertura da sessão, Sr. Presidente. Não tem cabimento que nós fiquemos aguardando das 19 horas às 21h07min pela chegada da outra Casa até aqui.

Se nós fizéssemos isso com os Senadores, certamente seríamos considerados indelicados com aqueles, teoricamente, mais velhinhos. Essa é a primeira observação. E acho que isso não pode voltar a acontecer. Isso não pode voltar a acontecer, sob pena de nós orquestrarmos também alguma coisa em sentido contrário. Vai ser muito ruim.

Segunda observação: V.Exa. colocou aqui questões objetivas: como é que nós vamos votar? E o meu partido gostaria de oferecer duas sugestões práticas.

Primeiro, cédula – aquele velho sistema –, identificado o eleitor. Aquele velho sistema. Estamos voltando a antes de 1930: cédula, identificado o eleitor – e com requerimentos pontuais para questões que queiram ainda destacar, ou não destacar, feitos com alguma antecedência.

Isso pode perfeitamente, por ato da Mesa, se disciplinar. Repito: cédula, identificado o eleitor. Não há outro jeito, nos parece – e V.Exa. já havia antecipado isso.

Segundo, requerimentos pontuais, apresentados com antecedência, e naturalmente identificados os seus autores.

São as duas sugestões objetivas para que possamos votar, porque esta sessão, é claro, está prejudicada. Muito obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – Posso tentar colaborar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V.Exa. considerar cancelado o chamamento da Ordem do Dia, não haverá Ordem do Dia, e a sessão prosseguirá com os comunicados que V.Exa. deve fazer. Isso satisfará a todo mundo.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Há uma ordem de inscrição, Sr. Presidente.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS) – Nós concordamos, Sr. Presidente, com a proposta apresentada pelo Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos nós queremos contribuir para que correspondamos à expectativa que a sociedade brasileira tem no Congresso Nacional.

O fato de, em alguns meses, ter havido só uma sessão do Congresso Nacional fez acumular esse número de vetos que temos aí hoje. Mas esta é uma Casa que constrói consensos. Aqui há pessoas maduras, nós temos Líderes – cada bancada, seja da Câmara, seja do Senado, tem o seu Líder. A prática da reunião do Colégio de Líderes é uma prática salutar ao bom andamento do processo legislativo na nossa Casa. De modo que eu acho que nós poderíamos, aí sim, fazer uma identificação dos pontos que são consenso quanto aos vetos e votá-los em bloco. Votaríamos em blocos e faríamos os destaques, como é feito, nas matérias, para aqueles pontos em torno dos quais há divergências. Poderíamos, a partir disso, fazer para cada um desses pontos um processo de votação. Eu acho que isso disciplinaria e harmonizaria.

Se for o caso, podemos até suspender esta sessão, no que diz respeito a essa questão. Aí, junta-se o Colégio de Líderes, redefine-se essa pauta, identificam-se esses pontos. E poderia ser convocada outra sessão para amanhã, para quinta-feira ou para terça-feira.

O outro curso paralelo, que não diz respeito à votação dos vetos, é exatamente o curso da CPMI, disciplinado por uma norma regimental da Mesa do Congresso. A Mesa do Congresso tem o entendimento de discipliná-la.

Então, Sr. Presidente, são duas questões paralelas. Uma coisa não impede a outra de ter continuidade. É um processo relativo aos prazos da instalação da CPMI e outro de verificação dos vetos, o que podemos fazer em blocos, buscando exatamente distinguir os destaques e votando apenas os destaques, como é normalmente feito no processo legislativo, nas duas Casas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – Vamos à decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos ouvir o Líder Imbassahy. Em seguida, anunciarei alguns encaminhamentos e decidirei sobre as questões de ordem.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é claro que há matérias importantíssimas para serem apreciadas nesta Casa, com respeito a vetos de S.Exa. a Presidente da República. Mas, Sr. Presidente, o País também espera notícias de V.Exa. com respeito à instalação da CPMI, a CPMI Mista – Senado e Câmara – para tratar exclusivamente das denúncias que envolvem a PETROBRAS.

É muito importante, Sr. Presidente, que V.Exa. deixe isso claro. Aliás, já na abertura dos trabalhos V.Exa. anunciava que, na próxima terça-feira, estaria indicando os nomes dos membros dos partidos que não indicaram os seus Deputados ou Senadores para participar da CPMI.

Mas, Sr. Presidente, eu quero deixar este registro, que é muito importante. V.Exa. aqui, em sessão do Congresso do dia 7 – portanto, há 13 dias –, solicitou aos Líderes dos partidos que indicassem os nomes de seus Deputados e Senadores para compor a CPMI exclusiva da PETROBRAS.

A informação que nós temos – e digo isso com muita clareza – é que, na Câmara dos Deputados, apenas o PT, o Partido dos Trabalhadores, passados 13 dias, não fez a indicação. Isso é muito grave. É muito grave! É inacreditável.

Eu diria, Sr. Presidente, que essa postura, essa conduta do PT se configura como desrespeito para com a população brasileira, que quer ver a CPMI instalada. Inacreditavelmente, esse partido que, no passado, tanto proclamava a ética e os bons costumes, hoje procura esconder denúncias gravíssimas contra a principal estatal do País, a PETROBRAS.

Eu quero que V.Exa., Sr. Presidente, deixe claro se, na Câmara dos Deputados, foi mesmo apenas o PT que não indicou os nomes, porque é importante que a sociedade brasileira, que aqueles que estão nos ouvindo neste momento...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores está dentro do prazo regimental. O Deputado Imbassahy não pode fazer juízo de valor de um partido que está procedendo dentro do prazo regimental.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Eu estou sendo interrompido. Eu peço a palavra para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. tem a palavra para concluir a sua intervenção.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, eu ouvi pacientemente. V.Exa. está conduzindo a sessão com serenidade, com equilíbrio, com disciplina, procurando, inclusive, votar as matérias, dando celeridade à votação das matérias. Mas, ao mesmo tempo, o que a população brasileira deseja saber é com relação à CPMI, e a notícia que nós temos é de que apenas, repito, apenas o PT...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Porque a CPI do Senado não começa os trabalhos e o PSDB indica, Sr. Presidente?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – ...na Câmara dos Deputados não fez a indicação dos seus membros.

Sr. Presidente, eu apelo para V.Exa. a fim de que passe a todos nós a posição final, na medida em que o PT não fez a sua indicação, e o prazo foi encerrado às 19 horas. Treze dias teve o PT para fazer a sua indicação. Não o fez, certamente orientado pela Presidente Dilma, que não quer ver a investigação do que acontece na PETROBRAS.

Então – e eu encerro –, gostaria muito que V.Exa. anunciasse, definitivamente, qual vai ser o dia em que será dito, por V.Exa., quais são os membros dos partidos que não fizeram as indicações e, mais ainda, qual o dia em que vai ser efetivamente instalada a CPI Mista tratando exclusivamente da questão da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Esta Presidência comunica que se encerra hoje o prazo de cinco sessões, nos termos do art. 28 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para a indicação, pelas Lideranças partidárias do Senado e da Câmara dos Deputados, dos nomes dos membros que deverão compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do Requerimento nº 2, de 2014.

Informo que, a teor do § 2º do art. 79 do mesmo Regimento, foram contabilizadas, para a contagem do prazo em questão, as sessões da Câmara dos Deputados realizadas nos dias 8, 13, 14, 15 e 20 de maio de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Neste momento, aproveito para responder à questão de ordem do Deputado Rubens Bueno.

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito é sempre automática, mas é automática, observados os ritos e respeitados os prazos. Por exemplo, basta que um Líder não indique, para que não possa haver a consequente instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o caso que nós estamos observando hoje aqui.

Portanto, na terça-feira, eu vou observar o mesmo prazo que eu observei na tramitação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Eu já tive a oportunidade de colocar para alguns Líderes com os quais conversei que, na terça-feira, nós vamos indicar os nomes dos partidos que não indicarem e, na quarta-feira, já pode haver a automática instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a eleição do Presidente, com a designação do Relator e com a aprovação do plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Sr. Presidente, lamentavelmente, o nosso apelo ao alto espírito público de V.Exa. não valeu, porque só depende de V.Exa., a partir de amanhã até três sessões. Se V.Exa. o desejasse, poderia ser instalada amanhã, e V.Exa. indicando os nomes daqueles que não indicaram, cujo prazo venceu hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas, aí, igualmente, eu iria atropelar direitos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Não, não, Sr. Presidente. Aí, a decisão é de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu estou obrigado, como Presidente do Congresso Nacional, a aguardá-los.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Aí é um dever de V.Exa. Até três sessões.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Até três sessões, Sr. Presidente, me permita.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Imbassahy, com a palavra V.Exa., para concluir sua intervenção.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Encerre a sessão, Sr. Presidente. V.Exa. já explicou tudo. Não repita, não! Encerre a sessão. V.Exa. já explicou tudo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Sr. Presidente, vamos passar à votação.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho uma relação aqui da Câmara que coloca, com clareza, que apenas o PT, na Câmara dos Deputados, não fez a indicação. Quer apenas confirmar se isso configura a realidade...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – ...se apenas o Partido dos Trabalhadores não fez a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faltam indicar membros, no Senado, os Blocos da Maioria e os de apoio ao Governo. E, na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Por que V.Exa. não faz amanhã, Sr. Presidente?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – No Senado, Sr. Presidente, todos os partidos indicaram? Todos os partidos indicaram no Senado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu gostaria de aproveitar o ensejo para responder à questão de ordem que foi colocada na sessão anterior pelo Senador Humberto Costa. Se me permitirem, é uma resposta rápida.

Passo a responder à questão de ordem formulada pelo Senador Humberto Costa, no sentido de que o Requerimento nº 2, de 2014, para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a

PETROBRAS, restaria prejudicado, em razão da apresentação de um requerimento anterior, no mesmo sentido, apresentado no Senado Federal.

A questão de ordem reconhece que tanto o requerimento apresentado no Senado Federal quanto o de criação da Comissão Mista preencheram os três requisitos estabelecidos pelo art. 58, § 3º, da Constituição Federal e que se está diante da absoluta inexistência de normas constitucionais, legais e regimentais que disponham diretamente sobre a matéria, qual seja a declaração de prejudicialidade do requerimento, que contém objeto de investigação idêntico, apresentado em data posterior.

Ademais, vale mencionar que há precedente de Comissões Parlamentares de Inquérito que se debruçam sobre o mesmo objeto de investigação concomitantemente, como foi o caso das CPMIs criadas pelos Requerimentos nºs 4 e 7, de 2005, já citadas.

Portanto, preenchidos os requisitos constitucionais, não havendo nenhuma disposição normativa em contrário, não cabe ao Presidente do Congresso Nacional obstar a máxima efetividade do exercício parlamentar com a construção de uma linha hermenêutica, como quer o autor do questionamento.

Assim, pelos motivos expostos, indefiro a questão de ordem formulada pelo Senador Humberto Costa.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O art. 31 do Regimento Comum diz o seguinte:

“Art. 31. A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis”.

Eu quero dizer a V.Exa. que estou inscrito. V.Exa. já anunciou que dará a palavra aos oradores, e eu queria confirmar isso, porque, na última sessão do Congresso Nacional, isso não foi possível. E eu gostaria de indagar isso a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que nós estamos ponderando no sentido de que a verificação proposta pelo Deputado Silvio Costa não prossiga a tempo de prejudicar os trabalhos e os prazos que esta sessão permitirá contar exatamente. Mas, ao final da sessão do Congresso Nacional, nós vamos conceder a palavra.

Quando nós iniciamos esta sessão, nós propusemos, inclusive, que se estabelecessem processos, para que pudessemos avançar nos resultados das sessões do Congresso Nacional ou, mesmo mudando a sistemática de votação, para que nós pudessemos adotar, em vez do painel, que dificultará bastante, inclusive, a sustentação do quórum, cédulas identificadas dos Senadores e dos Deputados.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, com base no art. 28 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para tornar muito claro, o § 1º diz o seguinte:

*“Art. 28.
§1º O Presidente fará, de ofício” – volto a insistir, de ofício –, “a designação se, no prazo fixado, a Liderança não comunicar os nomes de sua representação pra compor as Comissões, nos termos do § 3º do art. 45”.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É exatamente o que nós vamos fazer na terça-feira.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Então, V.Exa. tem o prazo de até três sessões. Está claro que o PT, o Governo da Presidente Dilma, está empurrando com a barriga a criação da CPMI: não querem, não desejam, estão contra a opinião pública e a vontade do povo brasileiro.

Então, faço um apelo a V.Exa., pela experiência de V.Exa., pelo conhecimento da Constituição Federal por V.Exa., pelo conhecimento do Regimento Interno: que faça amanhã a designação, faça a leitura na sessão do Senado Federal e, na terça-feira, nós faríamos a eleição do Presidente e a designação do Relator, para darmos uma resposta ao Brasil. O Brasil está esperando uma resposta do Congresso Nacional.

Eu faço esse apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu, sinceramente, gostaria muito de fazer o que V.Exa. sugere. Aliás, nós fizemos um pouco do que V.Exa. sugere, quando convocamos uma sessão do Congresso Nacional que não estava prevista, para, de certo modo, antecipar esse calendário. Mas, se eu aplicar na CPMI, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, um prazo diferente do prazo que nós

observamos no Senado Federal, é evidente que eu vou estabelecer prazos distintos para situações iguais, e eu prefiro, sinceramente, não fazer isso, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, com relação à sugestão de encaminhamento de votação que nós fizemos – a de juntar os blocos e, em cima dos blocos, fazer o destaque –, o que V.Exa. responde?

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Sr. Presidente, solicito a palavra, como membro do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Vicentinho.

V.Exa. está propondo uma sistemática para a votação.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero, de logo, dizer que eu concordo com qualquer sistemática que nos permita avançar na apreciação desses vetos. Com qualquer uma, inclusive com as cédulas.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – E por que V.Exa. não convoca uma reunião de Líderes para a gente definir quais são os blocos, com relação aos consensos, e quais são os blocos, com relação ao destaque, e dá um prazo para as Lideranças encaminharem o destaque? Nós estamos acumulando isso desde o fim do ano passado, sem conseguir votar nada, e com esta tramitação nós não vamos conseguir votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É porque a reunião dos Líderes, para que nós tenhamos uma sistemática acordada com eles, não depende da iniciativa do Presidente de convocá-la.

Os Líderes podem fazer reunião quantas vezes desejarem.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Nós estamos lhe oportunizando isso neste debate.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero declarar a V.Exa. que eu sinto uma profunda demagogia por parte dos representantes do PSDB que aqui falaram.

Primeiro, vamos ser sinceros. No caso da PETROBRAS e no caso da REPSOL, na Argentina, que deu um prejuízo de mais de 3 bilhões de reais, Fernando Henrique Cardoso era o responsável e não foi feita CPI aqui. Segundo, Sr. Presidente, eles também não assinaram o requerimento de criação da CPI do Senado. Por que não assinaram? São dois pesos e duas medidas? Em terceiro lugar, nós estamos dentro do prazo legal, regimental.

Graças a Deus, a nossa bancada quer apurar. Vamos apurar. Mas não queremos só apoiar o caso da PETROBRAS, não. Nós vamos indicar os nomes no prazo certo. Há muitos Deputados doidos para participar. Tenho que discutir com meus companheiros na hora certa.

Eu queria pedir a V.Exa., aí, sim, que desse um prazo para apurar o caso do metrô da corrupção do PSDB, o caso da Siemens, em que já tem pessoas indiciadas, com fatos comprovados, e até agora todos estão quietos. Nós queremos que V.Exa. dê um prazo para isso. Aí vamos ao debate, porque queremos esclarecer e passar o Brasil a limpo, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Queremos passar o Brasil a limpo, não tenha dúvida. A começar pela Refinaria de Pasadena, pela Refinaria Abreu e Lima...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Atendendo à questão de ordem levantada pelo Deputado Vicentinho, eu quero, a partir deste momento, pedir aos Líderes de todas as bancadas que, por favor, façam as indicações para a Comissão Parlamentar de Inquérito criada a partir do Requerimento nº 4, que propôs a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trem e metrô no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo da prestação de serviço público de transportes.

Portanto, o prazo começa a ser observado a partir de hoje; começa a contar a partir de hoje, e ao término desse...

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria fazer a indicação dos membros desta CPMI. Quero passar a V.Exa. que o PSDB está indicando para participar desta CPMI o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como titular, e o Deputado Bruno Araújo. Faço a entrega agora à Mesa da Casa.

É o seguinte o ofício:

Of. nº /2014/PSDB

Brasília, de maio de 2014

Assunto: Indicação de membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, e o Deputado Bruno Araujo, como membro suplente, para integrarem a a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações e execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação de serviço público de transporte.

Respeitosamente, – Deputado **Antonio Imbassahy**, Líder do PSDB**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos muito a V.Exa.**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** (PSDB-BA) – Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Nós só não o fazemos porque não temos direito a indicação. Senão, estaríamos fazendo agora, também, em nome da bancada do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos muito a V.Exa.**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

É possível, Sr. Presidente, a gente aditar o requerimento no sentido de estender a avaliação e a investigação aos cartéis por todo o Brasil? Porque, na prática, o que esta CPI proposta objetiva é incomodar o PSDB. É uma briga do PT contra o PSDB. (*Manifestação no plenário.*)

É a CPMI da vingança!

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – É a briga da mentira contra a verdade.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu gostaria de ver o PT investigando o metrô de Porto Alegre, o metrô de Belo Horizonte, todos controlados pela CBTU, cujos fornecedores são os mesmos de São Paulo! Cartel ocorre no Brasil todo e tem que ser investigado no Brasil todo, e não setorialmente, como se porventura fosse uma vingança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Mendonça Filho...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Isto é uma vingança infantil. Sinceramente, eu vou discutir com a minha bancada, mas, se o PT quiser investigar os cartéis do Brasil por inteiro, a CBTU, a gente vai investigar.

A SRª MANUELA D'ÁVILA (PCdoB-RS) – Porto Alegre não tem metrô.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu, sinceramente, Senador Eunício, achava que nós podíamos aditar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Vamos, então.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sinceramente, eu acho isso, mas a liminar da Ministra Rosa Weber impediu que nós fizéssemos isso na discutida investigação.

Nós esperamos, para fazer esses aditamentos, que a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal possa realmente decidir de forma diferente da forma contida na liminar da Ministra.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Sr. Presidente, quem pediu essa liminar? Eu gostaria de saber quem pediu essa liminar.

O SR. BOHN GASS (PT-RS) – Foi o PSDB que pediu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Foi o PMDB, não?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Foi o PMDB. O indicado do nosso partido é o Deputado Alexandre Leite.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Tenha ciência, Presidente! No meio da fala, alguém corta a fala da gente!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Vamos aproveitar para investigar os metrô de Belo Horizonte e de Porto Alegre também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte, em nome do PMDB da Câmara, entendo eu, e agora, este Líder, em nome do PMDB do Senado, propõem a V.Exa. que submeta ou, então, coloque em posição...

Primeiro, que, nesta questão das CPIs, V.Exa. cumpriu o ritual, cumpriu a decisão da Ministra Rosa Weber e estendeu a decisão liminar, ainda, para que pudéssemos ter uma CPI Mista.

V.Exa. acabou de anunciar a outra CPMI que nós teremos. O PMDB vai indicar todos os nomes pelo Bloco no Senado.

Agora, eu só queria colocar para V.Exa. a mesma posição que o PMDB da Câmara colocou. Nós temos aqui inúmeros vetos a serem votados. Se nós não determinarmos uma sistemática, Sr. Presidente, não vamos chegar nunca a um consenso nesta Casa.

Então, eu pergunto a V.Exa. se existem sobre a mesa requerimentos de destaque. Eu queria sugerir a V.Exa. – obviamente ouvido o Plenário e os outros Líderes – que, quanto aos vetos que não forem motivo de destaque colocado sobre a mesa, nós fizéssemos a votação em globo, e, quanto aos demais, que estão destacados, nós os votássemos individualmente.

Eu acho que é um encaminhamento para a gente dar sequência à sessão e fazer as votações, porque esta já é a terceira sessão para a qual a gente vem, fica aqui até 10 horas ou 11 horas da noite, e o debate fica em torno das CPIs.

Em relação às CPIs, V.Exa. tomou as decisões acertadas, inclusive dando prazo aos Líderes. Acabado o prazo regimental, V.Exa. tem até três sessões para indicar os nomes – e V.Exa. fez isso quando aconteceu em relação ao Senado. Eu não tenho dúvida de que V.Exa. o fará, se não houver indicação dos Líderes em relação à CPMI.

Então, eu acho que este é um assunto que já está ultrapassado, do ponto de vista das decisões que V.Exa. tomou acertada e corretamente, com amparo no Regimento.

Portanto, eu sugeriria a V.Exa. submetesse aos Líderes a seguinte proposta: aquilo que não tem destaque ou aquilo que os Líderes não queiram destacar, a gente vota em globo, e o que estiver destacado a gente vota hoje.

Se isso não acontecer, Sr. Presidente, é melhor a gente encerrar esta sessão, para não ficar aqui a noite toda batendo boca.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Senador Eunício Oliveira está propondo que nós destaquemos os vetos constantes dos itens 1, 6 e 9. Aliás, respondendo, é para os vetos constantes dos itens 1, 6 e 9 que existem requerimentos de destaque. Os demais, se houver acordo dos Líderes, nós poderemos votar em bloco.

E, desde já, nós combinamos uma reunião com os Líderes partidários para mudarmos a sistemática de apreciação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimentando V.Exa., eu queria dizer que nós já poderíamos ter avançado neste processo e ter começado a votação, enquanto esta discussão ocorria.

Há projetos de iniciativa do Senado e da Câmara que, mesmo para agrupar, nós vamos ter que agrupar por iniciativa; não dá para agrupar todos. Então, se for fazê-lo, faça-o por iniciativa.

Já que há requerimento para o primeiro, e o primeiro é do Senado, nós podíamos começar votando logo o primeiro; depois nós vamos para o destaque seguinte. Vencidos os destaques, vamos agrupar os outros por Casa. Pode ser um caminho: em globo ou por iniciativa de Casa.

É uma maneira de andar, mas já poderíamos ter andado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Destacados esses três vetos, se houver acordo, o primeiro item passa a ser o item 2, que começa na Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Não, o primeiro item é o item 1, que inclusive está destacado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, mas destacados estão os vetos constantes dos itens 1, 6 e 9.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Mas já que ele está destacado, vamos votá-lo logo. Se já é o item 1, não precisa nem destacar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Sr. Presidente, vamos votar os consensos primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É a melhor sistemática que nós temos que ver e adotar aqui, para ver como nós avançamos na sessão.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Vamos votar primeiro os que não têm destaque, que são consenso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, os vetos têm que ser discutidos em ordem cronológica. Eu acho que não dá para mudar assim, no calor de um debate no plenário. É lamentável.

Não há concordância do PSDB com a criação de condições, neste momento, para uma votação dessa forma. Nós gostaríamos de discutir um pouco mais e estabelecer uma regra bem debatida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Na reunião que V.Exa. está convocando...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Em ordem cronológica e individualmente. Não dá para votar em globo, não, Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Presidente, quero registrar o pesar do povo baiano em decorrência da liminar da Ministra Rosa Weber, que impossibilitará o início e a conclusão de investigações por esta Casa também do metrô de Salvador.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Então, passamos ao

Item 1:

VETO TOTAL Nº 47, DE 2013

Continuação da discussão, em turno único, do Veto Total nº 47, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar (nº 416, de 2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que “dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal”.

Prazo no Congresso: 18/12/2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A discussão desta matéria, como todos sabem, foi iniciada na sessão conjunta realizada no dia 18 de fevereiro. Naquela oportunidade, usaram da palavra, para discutir, os Srs. Parlamentares Mozarildo Cavalcanti, Gonzaga Patriota, Wandenkolk Gonçalves, Ivo Cassol, José Augusto Maia, Mário Couto, Weverton Rocha, Valdir Raupp, Armando Vergílio e Arnaldo Jordy. Ficou pendente a votação do Requerimento nº 1, de encerramento da discussão.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só por temor de que V.Exa., cumprindo o Regimento, não tendo havido acordo de Líderes... Para não encerrar a sessão... Houve aqui um início de entendimento, e está havendo uma consulta para votarmos pelo menos alguns itens destacados.

Então, eu pediria a V.Exa. um pouco de paciência, até que nós buscássemos aqui um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Então, nós vamos apreciar o requerimento que propõe o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação o requerimento de encerramento da discussão na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento de encerramento da discussão no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está, portanto, como consequência da aprovação do requerimento, encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nos termos do art. 43, § 2º, do Regimento Comum, a votação iniciar-se-á pelo Senado Federal, uma vez que o projeto é de iniciativa daquela Casa.

Consulto os Líderes partidários se podemos iniciar a votação, a apreciação do veto constante do item 1, ao projeto que trata da criação de Municípios.

Em votação o veto aposto ao projeto no Senado.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Eu só queria fazer um esclarecimento, Sr. Presidente, porque esta é uma matéria que diz muito respeito ao nosso partido, o PMDB – nós somos um partido municipalista.

Nós temos uma compreensão muito clara e obtivemos, por unanimidade, na bancada da Câmara dos Deputados, a derrubada deste veto. Um país como o Brasil precisa de Municípios, desde o ponto de vista da segurança nacional, principalmente das regiões de fronteira, na Região Norte e na Região Centro-Oeste do País, até a questão do desenvolvimento.

E a lógica do PMDB é a lógica, principalmente, da indução do desenvolvimento a partir do Estado. O Estado brasileiro precisa compreender que fortalecerá ainda mais a cidadania, fortalecerá ainda mais o acompanhamento do cidadão, da cidadã e das famílias quando estimular a criação dos Municípios.

Essa questão dos Municípios não é aleatória, ela não veio do nada. Ela tem um princípio lógico com relação à população mínima. Ela tem um princípio lógico com relação à área territorial. Ela tem um princípio com relação às condições econômicas e sociais minimamente exigidas para que esse Município possa construir a sua sustentabilidade. Mas, ao mesmo tempo, o Estado tem que ter também a compreensão de que é preciso inovar.

Enquanto a relação na França é de 1 Município para cada 1.700 habitantes, essa relação nos Estados Unidos é de 1 Município para cada 16 mil habitantes. No Brasil de hoje, nós temos a relação de 1 Município para cada 37 mil habitantes. No meu Estado, o Ceará, essa relação é de 1 Município para cada 45 mil habitantes.

E isso ocorre exatamente no Município, onde são solicitadas as maiores demandas; onde as pessoas moram, residem e precisam, exatamente, de um aporte para investimento em educação, saúde e segurança pública. Então, o PMDB tem uma posição muito clara com relação a isso.

É lógico que nós estamos numa Casa política. Nós sabemos que o Senado tomou uma posição em relação a um novo projeto de lei, que chegou à Câmara hoje, um projeto que foi relatado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, numa substituição, em razão de um acordo que foi feito para suprir a deficiência deste veto.

A posição da bancada do PMDB da Câmara é contra o veto, mas, em função do acordo que foi feito, nós precisamos deixar muito claro aqui, na busca da construção e da melhoria desse projeto de lei que foi apresentado em regime de urgência e já teve aprovado o requerimento de urgência para votação na Câmara dos Deputados, que, para que a gente possa concluí-lo, a melhor forma, neste momento, de dar cabo a esse processo legislativo é votar o projeto de lei.

A gente queria exatamente fortalecer a nossa posição, a posição da bancada em apoio à emancipação municipal no Brasil.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para dar um informe sobre...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Flexa Ribeiro, tem a palavra V.Exa. pela ordem.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, eu queria propor um acordo aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi feito um acordo para que hoje não votássemos o veto ao projeto que funde Municípios.

Eu estava conversando agora com o Líder do Governo no Senado, o Senador Eduardo Braga, e há acordo para que se retire de pauta esse item 1, para que nós possamos apreciá-lo após a aprovação do novo projeto que chegou à Câmara. Nós temos que aguardar a aprovação desse projeto para que possamos, então, votar o veto ao projeto anterior.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o acordo que nós estamos tentando costurar, se V.Exa. aquiescer e houver unanimidade, seria o seguinte. Hoje, para os cinco primeiros itens da pauta de vetos, há consenso sobre a manutenção do veto. O que teria a necessidade de ser derrubado, ou aquele cuja derrubada querem discutir, é o do item 6. E, certamente, pelo avançado da hora, nós não vamos conseguir atingir o quórum para derrubada do veto, que é o desejo da maioria.

A proposta de acordo que eu tento submeter a V.Exa. seria: simbolicamente, votaríamos os cinco primeiros vetos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB-PA) – Não há acordo quanto ao item 1, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Um acordo simbólico.

E, para terça-feira que vem, V.Exa. marcaria uma sessão que começaria a partir do item 6.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – E na Câmara teria o acordo feito pelos Líderes da Oposição e da base.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB-PA) – Não há acordo quanto o item 1.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Presidente.

Eu quero responder à proposta de acordo do Deputado Eduardo Cunha. Sinceramente, Sr. Presidente, o melhor é que nós possamos realizar uma sessão extraordinária do Congresso Nacional na próxima terça-feira. Apreciaríamos os cinco primeiros vetos e o sexto veto.

Por quê? A Constituição é clara: para derrubar um veto presidencial é preciso maioria absoluta. Como é que a gente vai votar de forma simbólica algo que tem exigência constitucional? A gente pode até pactuar um acordo tendo como base o Regimento Interno da Casa, mas pactuar um acordo tendo como base um texto constitucional eu acho que é demais da conta.

Então, vamos jogar para a próxima terça-feira, e na terça-feira a gente discute e vota os cinco primeiros vetos e também o sexto veto, que é a matéria sobre a qual existe um relativo consenso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria ponderar o seguinte: é evidente que sem acordo não iremos avançar, porque a votação terá que ser nominal. Nós não podemos também inverter a ordem dos vetos, conforme aquela liminar do Ministro Fux com relação aos *royalties*.

Então, eu quero propor para amanhã uma reunião dos Líderes do Congresso Nacional, das bancadas das duas Casas do Congresso Nacional, para nós discutirmos um pouco a troca da sistemática de votação e convocarmos – eu concordo –, para terça-feira, uma sessão do Congresso Nacional, a fim de que possamos, de uma vez por todas, limpar a pauta de vetos do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo com V.Exa., mas gostaria de fazer um último apelo. Pelo menos o item 1 eu vejo que tem, digamos assim, alguma resistência ao acordo. Como começa pelo Senado, eu acho que V.Exa. poderia submetê-lo logo à votação hoje. Há número no Senado. Vamos votar esse, o que facilitará o processo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que estabelece a ordem cronológica. Nós não podemos mudá-la! V.Exa. está certo! Tem que encerrar a sessão!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É isso aí, Deputado Anthony Garotinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar a V.Exa. que o Bloco de Apoio ao Governo no Senado é contra esse encaminhamento; não concorda com essa proposição.

Nós entendemos que o Senado tem número para votar o veto e que podemos fazer a votação, no dia de hoje, do primeiro item. Vamos fazer essa votação!

É esse o encaminhamento. O PT vota “sim.”

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, é muito importante continuarmos essa primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra, pela ordem, V.Exa.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que é sensata a proposta que V.Exa. acabou de fazer agora há pouco.

São 22h10min; a sessão ia começar às 19 horas. Há vetos que são polêmicos; há vetos sobre os quais foi votada outra proposta no Senado, com o caso da questão dos Municípios. Então, isso vai abrir uma discussão aqui.

Acho que é sensata a proposta que V.Exa. fez de votarmos na terça-feira – há acordo sobre isso – e encaminharmos às 19 horas. É essa a proposta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ) – Sr. Presidente, o PR acompanha essa posição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Sr. Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – V.Exa. propôs convocar uma reunião para a próxima terça-feira. Eu acho que é a melhor solução, porque haverá tempo para a Câmara aprovar o novo projeto de emancipação dos Municípios. Há um acordo feito no Congresso para que nós só apreciemos este veto após a aprovação do novo projeto. Então, é preciso que se mantenha o acordo.

Nós não temos quórum para votar nominalmente o projeto. Logo, a melhor solução é a proposta por V.Exa. Vamos encerrar a sessão e convocar outra para terça-feira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de esclarecer que nós fizemos um acordo no Senado para derrubar o veto depois da aprovação do projeto, e nós aprovamos o projeto no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deve haver também a aprovação na Câmara.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – E o projeto já veio para esta Câmara dos Deputados em regime de urgência.

Então, nós cumprimos o acordo! Eu quero deixar bem claro que nós cumprimos o acordo e votamos a matéria no Senado, como foi acordado por todos nós, antes da sessão da derrubada do veto!

O nosso encaminhamento é, neste caso, pela manutenção do acordo, tendo em vista que nós o fizemos e o cumprimos: votamos o projeto, e o projeto já se encontra em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA) – Sr. Presidente, pela ordem, só para dar um informe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero dar um informe sobre o acordo que nós firmamos entre alguns Parlamentares Líderes da Frente Parlamentar de Apoio à Criação de Novos Municípios apenas quando do início desta sessão.

Votamos hoje, aqui, a urgência do Projeto de Lei nº 397, de 2014, que veio do Senado, já com alguns ajustes. Há diversas ressalvas por parte dos Parlamentares da Câmara, particularmente, não em relação aos critérios populacionais, mas à adequação financeira para a criação de novos Municípios.

Devo dizer que venho de um Estado onde a criação de novos Municípios é muito importante, é necessária. Eu não diria que isso é realidade em outros Estados da Federação, mas é a realidade onde nós vivemos.

Então, o que nós combinamos, inclusive com Parlamentares que hoje votariam pela derrubada do veto e concordaram em manter o veto da Presidenta? Combinamos em votar o veto, manter o veto da Presidenta e iniciar amanhã uma rodada de conversas, já que o projeto está aqui na Câmara.

Esse acordo foi firmado na presença do Deputado Henrique Fontana, Líder do Governo. Às 14 horas, vamos nos encontrar na Liderança do PDT – o Deputado Giovanni Queiroz firmou o acordo conosco – e vamos começar a tratar dos aspectos mais polêmicos desse projeto, para que, na terça-feira, possamos nos reunir oficialmente com o Governo e, assim, criar as condições para amadurecer aqui uma votação tranquila do PLP 397/14.

Portanto, não me parece que haja grandes óbices para votarmos esse primeiro veto aqui no Congresso.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS também quer entrar na discussão, até porque sou Presidente da Frente Parlamentar.

Eu estive todo o tempo lá no Senado, onde houve realmente o acordo. Agora, quando chegamos aqui – o Deputado aqui e vários outros são testemunhas –, vimos que alguns itens do projeto irão inviabilizar o Município para toda a vida.

Então, na realidade, para esse projeto há acordo na Casa. Agora, há alguns itens que vamos discutir. Marcamos inclusive uma reunião para amanhã, com PT, PMDB, PDT, PROS e outros partidos, porque tanto o Senado quanto a Câmara já mostraram para o Brasil inteiro que somos favoráveis.

Agora, algumas modificações que foram feitas no novo projeto, o do Senador Mozarildo, inviabilizam para o resto da vida aquele Município.

Eu só quero que os Deputados aqui assumam esse compromisso, assim como os Senadores, porque são pequenas modificações, mas aí ele voltará com um consenso das duas Casas. Não adianta também resolver o problema do Norte e deixar o Nordeste, que lutou tanto, assim como o Sul e o Sudeste, fora dessa discussão.

Portanto, são itens importantíssimos, como, por exemplo, o tamanho: 100 quilômetros quadrados, 200 quilômetros quadrados para o Nordeste, enquanto vários distritos ficarão inviabilizados para o resto da vida. No nosso pensamento, a viabilidade é muito mais econômica e muito mais produtiva do que relacionada ao tamanho. Não é o tamanho que retrata o desenvolvimento de um Município, mas, sim, a sua economia.

Amanhã, às 14 horas, no PDT!

Obrigado, Presidente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – A sugestão de V.Exa. é sábia. É evidente que não tem 41 Senadores no Plenário! É evidente que não tem! Por via de consequência, nós estamos chovendo no molhado. Não vai ter quórum para votar! V.Exa. sabe disso melhor do que eu. Precisa ter 41 Senadores, no mínimo, e não vai ter!

Eu acho que a decisão de V.Exa. é sábia: reunir as lideranças e votar na terça-feira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Vai começar a votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só comunicar à Casa...

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria não tem condições de ser votada. Nós estamos aqui vendo esta matéria ser discutida. Há um acordo sobre a criação dos novos Municípios, e nós esperamos que seja respeitado por todas as Lideranças do Congresso Nacional.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Sr. Presidente, eu sou o segundo inscrito! Pacientemente esperei. Eu quero fazer uma ponderação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Sr. Presidente, a sua proposta é a mais conveniente, é a mais correta. Não há mais membros do Parlamento aqui no Plenário, Sr. Presidente! Basta olhar! Não é possível que nós estejamos insistindo numa coisa que V.Exa. propõe com absoluta tranquilidade e zelo, para que possamos votar na terça-feira, fazendo antes uma reunião com as Lideranças!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – A votação é necessariamente nominal, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É evidente que para apreciar o primeiro item da pauta não precisaria haver acordo. Nós teríamos que fazer a verificação da existência ou não de quórum, mas não haveria necessidade de acordo para nós apreciarmos o primeiro item da pauta.

Eu consulto o Senador Flexa Ribeiro. Para apreciarmos o primeiro item da pauta, Senador Flexa, não precisa haver acordo, porque esse é o item que está sendo apreciado. Nós podíamos começar a verificação.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Se nós não tivermos quórum, vai cair a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se nós não tivermos quórum, cai. A outra solução seria encerrar a sessão.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas eu precisava ter a aquiescência de alguns Líderes.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Presidente, como o quórum é qualificado, é evidente aqui a falta do quórum de 41 Senadores e, a esta altura, até a dos Deputados! V.Exa. pode encerrar a sessão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) – Não precisa de aquiescência de ninguém, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Está encerrada a sessão.

Eu convoco para amanhã, às 15 horas, na Presidência do Senado Federal, reunião com os Líderes de todas as bancadas de partidos do Congresso Nacional, para que nós possamos discutir uma sistemática nova de apreciação de vetos.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão conjunta:

ITEM 2

VETO PARCIAL Nº 48, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 48, de 2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2013 (nº 7.639, de 2010, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências”.

Partes vetadas do projeto:

- inciso III do art. 2º;
- art. 11; e
- art. 13.

Prazo no Congresso: 18/12/2013.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 3

VETO TOTAL Nº 49, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 49, de 2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2012 (nº 4.268, de 2008, na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a implantação de faixas, passarelas ou passagens subterrâneas para a travessia de pedestres nas proximidades de estabelecimentos de ensino”.

Prazo no Congresso: 3/2/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 4

VETO TOTAL Nº 50, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 50, de 2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2012 (nº 7.191, de 2010, na Casa de origem), que “Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência”.

Prazo no Congresso: 6/2/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 5

VETO TOTAL Nº 51, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 51, de 2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 323, de 2009 (nº 1.372/2003, na Casa de origem), que “Autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia”.

Prazo no Congresso: 20/2/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 6

VETO PARCIAL Nº 52, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 52, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012 (nº 6.397/2013, na Câmara dos Deputados), que “Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo

das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997”.

Partes vetadas do projeto:

- § 7º do art. 37 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- § 8º do art. 37 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 2º do projeto e § 5º do art. 28 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 3º do projeto; e
- § 2º do art. 37 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 3º do projeto.

Prazo no Congresso: 21/2/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 7

VETO TOTAL Nº 53, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 53, de 2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785/2011, na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e da manutenção de estações de apoio a condutores de veículos, no âmbito das concessões rodoviárias federais, e dá outras providências”.

Prazo no Congresso: 21/2/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 8

VETO PARCIAL Nº 54, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 54, de 2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2013 (nº 5.740/2013, na Casa de origem), que “Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências”.

Parte vetada do projeto:

- parágrafo único do art. 4º.

Prazo no Congresso: 28/2/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 9

VETO PARCIAL Nº 55, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 55, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”.

Partes vetadas do projeto:

- inciso X do art. 1º, e art. 107;
- inciso XXVIII e § 2º do art. 12;
- alínea “g” do inciso IV do § 1º do art. 18;
- inciso IV do § 1º do art. 60;
- art. 66;
- art. 67;
- art. 70;
- §§ 1º e 2º do art. 73;
- § 10 do art. 94;
- alínea “t” do inciso I do § 1º do art. 110;
- art. 116;
- art. 124;
- inciso VII do art. 130 e Anexo VII; e
- Seção II do Anexo III.

Prazo no Congresso: 4/3/2014.

- Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 10
VETO TOTAL Nº 56, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 56, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2007 (nº 7.416/2010, na Câmara dos Deputados), que “Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992”.

Prazo no Congresso: 4/3/2014.

-Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 11
VETO PARCIAL Nº 57, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 57, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007 (nº 4.571/2008, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001”.

Partes vetadas do projeto:

- §3º do art. 1º;

- §7º do art. 1º; e

- inciso III do parágrafo único do art. 3º.

Prazo no Congresso: 4/3/2014.

Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 12
VETO PARCIAL Nº 1, DE 2014

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 1, de 2014, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2013, que “Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015”.

Parte vetada do projeto:

- Programa 2075 – Transporte Rodoviário

Objetivo 0137 – Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica

Iniciativa 04HE

Prazo no Congresso: 7/3/2014.

Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 13
VETO PARCIAL Nº 2, DE 2014

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 2, de 2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2013 (nº 2.693/2011, na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor”.

Parte vetada do projeto:

- § 5º do art. 2º-A da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, com a redação dada pelo art. 1º do projeto

Prazo no Congresso: 18/4/2014.

Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 14
VETO PARCIAL Nº 3, DE 2014

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 3, de 2014, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2009 (nº 7.156/2010, na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e dá outras providências”.

Parte vetada do projeto:

- § 4º do art. 6º-E da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.

Prazo no Congresso: 8/5/2014.

Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1 de 2014, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.900.000.000,00 (quatro bilhões e novecentos milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”, tendo

Parecer nº 16 de 2014, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto;

Relator na CMO: Deputado Milton Monti (PR/SP).

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 19 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁷

Relator do PLOA / 2015:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) ⁶	2.
SD ¹	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁷
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) ⁹
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁶	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) ¹¹
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ¹¹	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) ¹²
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) ¹⁶
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) ¹⁰	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) ¹³
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) ⁸	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) ⁸
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Paulo Wagner (PV/RN) ¹⁴	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) ⁷	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ⁷
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1. Filipe Pereira (PSC/RJ) ¹⁵

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**Relator do PLDO / 2014:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)**Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) 15, 20, 27, 39 e 40
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) 15, 20, 27, 39 e 40
Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) 18, 20, 27, 39 e 40

Instalação: 9-4-2014 15, 20, 27 e 40**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) 7, 13 e 17	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) 7, 23, 26 e 37	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. 7 e 17
Inácio Arruda (PCdoB/CE) 22 e 38	5. 22
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp (PMDB/RO) 3, 14, 28, 33 e 35	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) 3 e 28
Eduardo Braga (PMDB/AM) 3 e 29	2. Romero Jucá (PMDB/RR) 3 e 29
Ciro Nogueira (PP/PI) 3, 11, 12 e 28	3. 3, 29
Sérgio Petecão (PSD/AC) 3, 18 e 29	4. 3, 18 e 29
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos 2, 24 e 34
Wilder Moraes (DEM/GO) 6, 10 e 25	2. 6, 10, 28, 30, 31 e 32
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) 4 e 28	1. 8, 9 e 12
Cidinho Santos (PR/MT) 38	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) 5 e 26	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39-** Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
- 40-** Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) ^{14 e 25}
Thiago Peixoto (PSD/GO) ^{14 e 25}	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 18 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Samery Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Samery Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13-** Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15-** Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16-** Designado como membro titular o Deputado Samey Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20-** Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21-** Designado o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22-** Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23-** Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
- 24-** Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
- 25-** Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u> NELSON PELLEGRINO (PT/BA) ¹²	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) ¹¹	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:**1-** Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).**2-** Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.**3-** Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.**4-** O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.**5-** Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.**6-** Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.**7-** Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.**8-** Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.**9-** Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.**10-** Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.**11-** Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.**12-** Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**3-** Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.**4-** Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.**5-** Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**6-** Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁶
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{6, 13}
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁶	3. ^{6 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 5}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 5, 8 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Benedita da Silva (PT/RJ) ^{14 e 15}

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democracia – PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

- 10-** Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11-** Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12-** Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 -** Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 -** Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.
- 15-** Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 3, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa “SMB Offshore”; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

- 1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2014-CN)

Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 7-5-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

- 1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> (vago)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Wilder Moraes (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes) ¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**Resolução nº 1/2011-CN****COMPOSIÇÃO**¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ ¹³
IARA BERNARDI ¹⁴	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3,10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁵
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTÔNIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 11.4.2014)

Notas:

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
- 13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.
- 14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 74 páginas
(O.S. 12476/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

